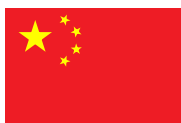


FUTURO COMPARTILHADO

50 anos de relação Brasil-China

Valter Pomar (Org.)
Ana Tereza Lopes Marra de Sousa
Demétrio Toledo
Giorgio Romano Schutte
Huang Zhengxue
Rao Huihua
Xu Lianlin
Zhao Lei

2024



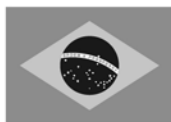
F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUTURO COMPARTILHADO

50 anos de relação Brasil-China

Valter Pomar (Org.)
Ana Tereza Lopes Marra de Sousa
Demétrio Toledo
Giorgio Romano Schutte
Huang Zhengxue
Rao Huihua
Xu Lianlin
Zhao Lei

2024



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol.

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Tradução chinês-português

Lin Jwo Yunn

Revisão

Rita Camacho

Projeto gráfico e diagramação

Emilio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pomar, Valter (org.)

P843f Futuro compartilhado : 50 anos de relação Brasil-China [livro eletrônico] / Valter Pomar (org.) - São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2024

92 p

ISBN 978-65-5626-144-7

1. Partido Comunista Chinês - História 2. Iniciativa Cinturão e Rota 3. Partido Comunista Chinês - Documentos I. Título.

Sumário

Apresentação	5
VALTER POMAR	
Delegação chinesa em visita a São Paulo	9
14 A 18 DE AGOSTO DE 2024	
Programa de visita da delegação chinesa	10
Informações sobre a Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China	12
RAO HUIHUA	
História do Partido Comunista da China, autoconstrução e sistema político	20
XU LIANLIN	
“Forças produtivas de nova qualidade”: tecnologia, inovação e desenvolvimento na Resolução da 3ª Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China	28
DEMÉTRIO TOLEDO	
Sistema de Plano Nacional da China, lógica evolutiva e implementação	48
HUANG ZHENGXUE	
O 14º Plano Quinquenal da China (2021-2025) e o Brasil	55
ANA TEREZA LOPES MARRA DE SOUSA	
Promovendo a abertura de alto nível através do desenvolvimento conjunto e de alta qualidade da Iniciativa Cinturão e Rota	65
ZHAO LEI	
Relação Brasil-China e a Iniciativa Cinturão e Rota	71
GIORGIO ROMANO SCHUTTE	
Para saber mais sobre a China	85
LIVROS, PROGRAMAS, CURSOS E OUTRAS INICIATIVAS GRATUITAS E ON-LINE AJUDAM A ENTENDER A CHINA E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL	

Apresentação

VALTER POMAR

Diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

A Fundação Perseu Abramo, por meio de seu Núcleo de Cooperação Internacional, recebeu, de 15 a 17 de agosto de 2024, a visita de uma delegação chinesa composta por sete pessoas: a senhora Rao Huihua, presidente do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh); Zhao Lei, vice-presidente do Instituto de Estratégia Internacional da Escola Central do PCCh; Xu Lianlin, vice-presidente da Escola de Formação dos Quadros do Barco Vermelho de Zhejiang; Huang Zhengxue, diretor do Gabinete de Desenvolvimento Fundiário do Instituto de Desenvolvimento Fundiário e Economia Regional da Academia de Macroeconomia da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma; Gao Peng, Chefe da Divisão de Planejamento e Pesquisa do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh; Wang Jie (Vítor), intérprete; e Jia Chen, conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil.

A decisão de enviar e receber esta delegação foi um dos desdobramentos da viagem à China realizada por Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do PT, em abril de 2024. A intenção era marcar o aniversário de 50 anos do restabelecimento de relações diplomá-

ticas entre Brasil e China, formalizado em 15 de agosto de 1974 em reunião entre o chanceler brasileiro à época, Azeredo da Silveira, e o então vice-ministro do Comércio chinês, Chen Chien.

A delegação chegou ao Brasil no dia 14 de agosto. No dia 15 de agosto, realizamos, na sede da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo capital, um seminário intitulado *Partido e Governo na China*. A abertura do seminário foi realizada por Paulo Okamoto, presidente da Fundação Perseu Abramo. O secretário de relações internacionais do PT, Romênio Pereira, deu as boas-vindas à delegação.

A parte da manhã do seminário foi dedicada ao debate sobre as *Resoluções da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, a situação partidária e o sistema político da China*, a partir das exposições da senhora **Rao Huihua** e do senhor **Xu Lianlin**. Coube ao professor Demétrio Toledo debater as questões apresentadas pelos chineses. A moderação da atividade foi feita por **Elen Coutinho**, diretora da Fundação Perseu Abramo. A tarde foi dedicada ao debate sobre as *Metas do atual Plano Quinquenal e o processo de elaboração do próximo plano quinquenal*, com a exposição do senhor **Huang Zhengxue**, debatida pela professora **Ana Tereza Lopes Marra de Sousa**. **Jorge Bittar**, diretor da Fundação Perseu Abramo, moderou a atividade.

No dia 16 de agosto, a delegação visitou o escritório do PT em São Paulo, onde foi recebida pela presidenta Gleisi Hoffmann e por Jilmar Tatto, secretário nacional de Comunicação do PT. Depois, visitou a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, onde foi recebida por Moisés Selerges e Claudionor Vieira, respectivamente presidente e secretário-geral do Sindicato.

No dia 17 de agosto, foi a vez de um debate sobre *Cinturão e Rota da Seda, Futuro Compartilhado e as Relações Brasil-China*. O expositor da parte chinesa foi **Zhao Lei**, o comentário da parte

brasileira ficou a cargo do professor **Giorgio Romano Schutte** e a moderação foi realizada por Monica Valente, diretora da Fundação Perseu Abramo.

Este livro que o leitor tem em mãos reúne textos elaborados pelos expositores e comentadores das atividades realizadas nos dias 15 e 17 de agosto. Todos os textos foram entregues para edição depois do seminário, de forma que já levam em consideração as opiniões e polêmicas que surgiram no curso das atividades supracitadas.

Além das pessoas já mencionadas, muitas outras colaboraram na elaboração e execução da programação. É o caso de Mila Frati, Fábio Al Khouri e Emílio Font, do Núcleo de Cooperação Internacional da FPA; Saulo Dias e Michel Szurkalo, da equipe da Secretaria de Relações Internacionais do PT; Edma Walker, do escritório do PT Nacional em São Paulo capital; Maicon Michel, secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT), que facilitou e participou da visita ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Além disso, toda a equipe da Fundação Perseu Abramo se mobilizou para organizar a visita e praticamente toda a diretoria da FPA e da Escola Nacional de Formação do PT esteve presente nas diversas atividades.

Para concluir esta apresentação, retomo o que disse no encerramento do seminário realizado no dia 17 de agosto.

É impossível compreender o mundo moderno sem compreender a China. É impossível compreender a China sem compreender a República Popular fundada em 1º de outubro de 1949. É impossível compreender a República Popular sem compreender a grande revolução chinesa, que triunfou depois de grandes lutas sociais e políticas, inclusive quatro guerras. É impossível compreender a revolução chinesa sem compreender a história, as escolhas políticas e a orientação teórica do Partido Comunista da China, fundado em 1921. Portanto, enganam-se os que comemoram as conquistas da China de 2024, mas deixam de lado a tradição comunista chinesa.

Como é óbvio, existem no PT diferentes opiniões acerca desta tradição, acerca da China contemporânea e acerca das relações entre Brasil e China. Mas, polêmicas à parte, todos coincidimos na necessidade de estudar, compreender e ampliar o intercâmbio entre Brasil e China. Este livro é uma pequena parte deste trabalho.

Delegação chinesa em visita a São Paulo

14 A 18 DE AGOSTO DE 2024

1. **SRA. RAO HUIHUA**, presidente do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh.

2. **SR. ZHAO LEI**, vice-presidente do Instituto de Estratégia Internacional da Escola Central do Partido Comunista da China, professor.

3. **SR. XU LIANLIN**, vice-presidente da Escola de Formação dos Quadros do Barco Vermelho de Zhejiang, professor adjunto.

4. **SR. HUANG ZHENGXUE**, diretor do Gabinete de Desenvolvimento Fundiário do Instituto de Desenvolvimento Fundiário e Economia Regional da Academia de Macroeconomia da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, pesquisador.

5. **SR. GAO PENG**, chefe da Divisão de Planejamento e Pesquisa do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh.

6. **SR. WANG JIE (VÍTOR)**, intérprete.

7. **SR. JIA CHEN**, conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil.

Programa de visita da delegação chinesa

15 de agosto de 2024 – quinta-feira

Auditório Antonio Candido da Fundação Perseu Abramo:

Seminário *Partido e Governo na China*

- **9h-9h30:** abertura institucional por **Paulo Okamoto**, presidente da Fundação Perseu Abramo, que dará as boas-vindas à delegação.
- **9h30-13h:** apresentação das *Resoluções da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, a situação partidária e o sistema político da China.*

Expositores: **Rao Huihua**, presidenta do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China e **Xu Lianlin**, vice-presidente da Escola de Formação de Quadros do Barco Vermelho de Zhejiang

Debatedor: **Demétrio Toledo**, professor de Relações Internacionais e de Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC.

Moderadora: **Elen Coutinho**, diretora da Fundação Perseu Abramo.

Esclarecimentos e debate com o público.

- **13h-15h:** almoço
- **15h-19h:** exposição sobre as *Metas do atual Plano Quinquenal e o processo de elaboração do próximo plano quinquenal.*

Expositor: **Huang Zhengxue**, diretor do Gabinete de Desenvolvimento Fundiário do Instituto de Desenvolvimento Fundiário e

Economia Regional da Academia de Macroeconomia da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma.

Debatedora: Ana Tereza Lopes Marra de Sousa, professora da Universidade Federal do ABC no Bacharelado de Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Moderador: Jorge Bittar, diretor da Fundação Perseu Abramo. Esclarecimentos e debate com o público.

16 de agosto de 2024 – sexta-feira

Visita ao escritório do PT em São Paulo. Encontro com a presidenta Gleisi Hoffmann e com Jilmar Tatto, secretário nacional de Comunicação do PT.

Visita ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Encontro com Moisés Selerges, presidente, e Claudionor Vieira, secretário-geral.

17 de agosto de 2024 – sábado

Hotel Pullman Ibirapuera

- **9h-12h:** debate *Cinturão e Rota da Seda, Futuro Compartilhado e as Relações Brasil – China*

Expositor: Zhao Lei, vice-presidente do Instituto de Estratégia Internacional da Escola Central do Partido Comunista da China.

Debatedor: Giorgio Romano Schutte, Professor associado em Relações Internacionais e Economia Política Mundial, bolsista de produtividade do CNPq, membro fundador da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina) e do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional (OPEB), colaborador da Fundação Perseu Abramo.

Moderadora: Monica Valente, diretora da Fundação Perseu Abramo.

- **12h-15h:** almoço no hotel
- tarde e noite livres

Informações sobre a Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China

RAO HUIHUA

Presidenta do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh

De 15 a 18 de julho, o Partido Comunista da China (PCCh) realizou a Terceira Sessão Plenária de seu 20º Comitê Central. Um evento importante na vida política do Partido, a reunião definiu a direção futura da reforma e do desenvolvimento da China.

Importância da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central

Planejamento das tarefas centrais do Partido e implementação das reformas têm sido experiências de sucesso na condução da reforma e abertura da China pelo PCCh. Desde 1978, quando a Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China deu início à reforma e abertura no país, foram realizadas nove Terceiras Sessões Plenárias. Em 46 anos, a reforma foi sempre o tema central de todos os encontros. O êxito da reforma e da abertura chinesas mostra que elas foram determinantes no destino da China contemporânea, onde a modernização no estilo chinês foi posta à prova. A decisão

da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central de aprofundar de forma ainda mais ampla a reforma representa a continuidade do desenvolvimento dessa política de reforma e abertura que tem mais de 40 anos.

É um imperativo a realização da modernização de estilo chinês. O 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China estabeleceu como missão a nobre causa da construção de uma nação forte e o renascimento do seu povo através da modernização de estilo chinês, e, assim, elaborou planos estratégicos para tal. Para colocar em prática e transformar o projeto de modernização de estilo chinês em realidade, se faz necessário aprofundar a reforma de maneira ainda mais ampla; apresentar metas e tarefas mais específicas em diferentes áreas e etapas; ter clareza do que é a modernização de estilo chinês, para que serve e como implementá-la; saber o que precisa ser feito e como executar o processo de maior aprofundamento da reforma, de modo a tornar as ações melhores e mais eficientes; resolver os problemas institucionais enfrentados pela modernização de estilo chinês; realizar melhorias contínuas nas instituições e nos processos; remover os obstáculos e oferecer um forte impulso e garantia institucional para essa modernização.

É um imperativo a execução do desenvolvimento de alta qualidade. Após anos de reforma e desenvolvimento em alta velocidade, a reforma chinesa entra em uma etapa de ataque em águas profundas. O secretário-geral Xi Jinping destacou que “as reformas fáceis e felizes foram concluídas”, e “o que resta são os ossos duros de roer”. Isso se evidencia no problema ainda muito evidente do desenvolvimento desigual e fraco; diversas barreiras sistêmicas e gargalos para atingir o desenvolvimento de alta qualidade; capacidade de inovação científica e tecnológica deficiente; problemas sérios para garantir a segurança alimentar, energética e da cadeia de suprimentos industrial; riscos financeiros; disparidade econômica entre as zonas urbana e rural; diversas dificuldades da população em geral em relação a emprego, educação, assistência médica, no cuidado com as crianças, na

assistência aos idosos e moradia. A tarefa da proteção do meio ambiente continua desafiadora. Esses problemas de desenvolvimento precisam ser resolvidos com o aprofundamento das reformas em todos as frentes.

É um imperativo no enfrentamento aos riscos e desafios externos. Atualmente, o mundo enfrenta um cenário de transformações sem precedente em 100 anos, frequentes conflitos e turbulências regionais, agravamento de problemas globais, e a repressão e a contenção da China por parte de alguns países se intensifica; o desenvolvimento da China encontra um ambiente externo cada vez mais hostil, junto com aumento de incertezas e instabilidades. Eventos do tipo “cisne negro” e “rinoceronte cinzento” podem ocorrer a qualquer momento. Para responder de forma eficaz a esses riscos e desafios, se faz necessário aprofundar de forma ainda mais ampla a reforma, prevenir e neutralizar os riscos e enfrentar eficientemente os desafios com um sistema sólido, além de criar novas oportunidades em meio a crises e abrir novos horizontes em meio a mudanças.

Pontos importantes da sessão plenária sobre o aprofundamento das reformas

O resultado mais importante da sessão plenária foi a análise e adoção da “decisão sobre o aprofundamento total da reforma e a execução da modernização de estilo chinês” com o objetivo último de modernizar o sistema de governança nacional e sua capacidade, e, desta forma, aprimorar e desenvolver o sistema socialista com características chinesas. Ancorado no tema da modernização de estilo chinês, mais de 300 tarefas e iniciativas relativas à reforma, de mais variado espectro, foram enumeradas. Os destaques são:

(I) Direcionar o impulso da reforma do sistema econômico para o desenvolvimento de alta qualidade. Reformar o sistema econômico gera um impacto significativo e efeito cascata em outras reformas, à semelhança de puxar um fio de cabelo e todo o corpo sentir. O caso chinês de reforma e abertura provou que, somente com

o avanço inabalável da reforma do sistema econômico, pode-se concretizar a reforma da base econômica e fornecer impulso para outros campos. O aprofundamento total da reforma envolve todos os aspectos da economia e da sociedade. Quanto mais complexa for a reforma, mais importante será compreender as principais contradições e seus elementos, e conduzir o sistema econômico como se fosse o “nariz do touro”, persistindo para obter resultados. A modernização da China alcançou uma série de conquistas extraordinárias, porém enfrenta desafios inegáveis, como a demanda interna real fraca e um ambiente externo complexo e hostil. Para enfrentar esses desafios, a solução da China é aprofundar ainda mais a reforma de seu sistema econômico, estabelecer um sistema econômico de mercado socialista de alto nível, estimular o impulso e a vitalidade da sociedade como um todo, e, com o novo conceito de desenvolvimento como guia, desenvolver vigorosamente novas forças produtivas focadas em alta tecnologia, alta eficiência e alta qualidade, de modo a criar novas forças e vantagens para o desenvolvimento. No primeiro semestre deste ano, em meio à crescente instabilidade e incerteza da economia global, a economia chinesa resistiu à pressão e operou de forma constante e estável, com um PIB de RMB 61,7 trilhões de yuans, um aumento de 5% em relação ao ano anterior; a quantidade total de mercadorias importadas e exportadas atingiu 21,2 trilhões de yuans, um novo recorde para o mesmo período da história; e a renda per capita do país aumentou 5,3% em termos reais em relação ao ano anterior. Olhando para o mundo, a economia chinesa continua a apresentar uma performance excepcional, e está desempenhando um papel importante de “estabilizador” e “motor” da economia global.

(II) A inovação como a força motriz para atingir autossuficiência tecno-científica de alto nível. Força de produção é a determinante de maior peso no desenvolvimento de uma sociedade, e a inovação científica e tecnológica é o pilar para aprimorar a força de produção. A modernização de estilo chinês é a maior e mais difícil modernização da história da humanidade, pois exige uma base mate-

rial e tecnológica robusta e a criação de forças produtivas altamente desenvolvidas. A chave para realizar essa tarefa é promover a inovação científica e tecnológica e desenvolver vigorosamente novas forças produtivas de qualidade. Nos últimos anos, a China teve grandes conquistas em inovação científica e tecnológica. Em 2023, o orçamento de P&D da China ultrapassou 3,3 trilhões de yuans, ocupando o segundo lugar no mundo, O país ficou em primeiro no ranking mundial em número de pesquisadores de tempo integral e 12º lugar no Índice Global de Inovação.

(III) Persistir na abordagem focada na qualidade de vida das pessoas. A Plenária enfatizou que o norte de valor para aprofundar ainda mais a reforma é trabalhar pela justiça social, tomar o bem-estar das pessoas como ponto de partida e de chegada, planejar e implementar a reforma de acordo com os interesses fundamentais de longo prazo da coletividade. A mentalidade de desenvolvimento focado em pessoas atravessa todas as iniciativas de reforma, que concentra e promove aquilo que a população se preocupa e anseia, transformando continuamente a energia da reforma em calor humano. Por exemplo, para garantir e melhorar a qualidade de vida da população, a Sessão Plenária enfatizou a necessidade de aprimorar o mecanismo de emprego pleno de alta qualidade; melhorar o sistema de seguridade social para pessoas com empregos sem vínculos empregatícios, trabalhadores migrantes e pessoas em novos formatos de empregabilidade; melhorar a distribuição de recursos para saúde de alta qualidade; expandir e popularizar a prática de exercícios físicos para a população como um todo; melhorar políticas e mecanismos relacionados ao setor de cuidados dos idosos. A implementação dessas iniciativas certamente aumentará, ainda mais, a sensação de ganho, felicidade e segurança das pessoas.

(IV) Expandir a abertura de alto nível para outros países e defender o desenvolvimento pacífico. A Plenária destacou que a abertura é a grande marca da modernização chinesa e que ela se estende a outros países. A Plenária apontou, também, que a realiza-

ção de uma abertura de alto nível para o mundo pode ser entendido em quatro aspectos: primeiro, maior alinhamento com aberturas internacionais de alto padrão. Alinhar-se com as regras econômicas e comerciais internacionais e compreender a compatibilidade entre regras, regulamentações e gestões são tarefas importantes para a expansão da abertura mais ampla. A abertura de alto nível nessa nova jornada significa promover a participação no Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership – CPTPP*) e no Acordo de Parceria para a Economia Digital (*Digital Economy Partnership Agreement – DEPA*) para criar um novo sistema econômico aberto em um nível mais alto e estabelecer um mecanismo padronizado que esteja alinhado com as regras internacionalmente vigentes, e, dessa forma, gerar vantagens e novos ganhos nesse processo de abertura. Em segundo lugar, uma proatividade maior na abertura, mesmo unilateral. Ampliar aberturas voluntárias e realizar abertura unilateral para países menos desenvolvidos foram exigências da última plenária. Exemplos de abertura voluntária são projetos da Iniciativa Cinturão e Rota, a criação de zona-piloto de livre comércio e a organização de plataformas internacionais de cooperação econômica e comercial, como a Feira de Importação. A abertura de alto nível nessa nova jornada significa facilitar ainda mais o acesso ao mercado, abrir os mercados para o mundo de forma mais proativa e tornar o grande mercado da China uma grande oportunidade para o mundo. Em terceiro lugar, uma abertura que impulse o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade. A Plenária propôs o aprimoramento do mecanismo institucional para impulsionar o desenvolvimento de novas forças produtivas dentro das realidades locais. A principal característica das novas forças produtivas é a inovação; a inteligência artificial, a economia digital e a economia verde são a fronteira da inovação, são o novo caminho. Faz-se necessário expandir a abertura e a cooperação e criar um ambiente de inovação aberto. Na ponta do consumo, é necessário criar novos cenários de consumo, novas dinâmicas no

comércio exterior, lapidar a marca Invest in China e fazer do robusto mercado chinês um ímã para atividades de inovação global. Em quarto lugar, promover a abertura através de cooperação de benefício mútuo. A Plenária enfatizou a importância de defender a globalização econômica inclusiva. Atualmente, com a aceleração das mudanças do século e o aumento do número de desafios enfrentados por todos os países, a abertura e a cooperação de benefício mútuo é a escolha certa para todos. A abertura de alto nível na nova jornada significa aumentar o bolo, estender a lista de cooperação, participar plenamente da reforma da OMC, expandir o “círculo de amigos” no livre comércio e promover a construção de uma economia mundial aberta.

A Plenária destacou também que a modernização chinesa é uma modernização que vai pela senda do desenvolvimento pacífico. A China não seguirá o antigo caminho de colonialismo e exploração, trilhado pelo Ocidente. O país defenderá firmemente uma política externa independente de paz, trabalhará para a construção de uma humanidade de futuro em conjunto e implementará as três principais iniciativas globais: multipolaridade, ordem e igualdade no mundo e globalização econômica inclusiva.

Conclusão

A Sessão Plenária deixou claro que todas as propostas da reforma devem ser concluídas até 2029, na ocasião do 80º aniversário da fundação da Nova China. E, para garantir que a reforma seja concluída dentro do prazo, é fundamental seguir seis grandes princípios: liderança do Partido; política focada nas pessoas; integridade e inovação; permanecer no caminho de desenvolvimento institucional; governo sob estado de direito e conceito sistêmico. A direção determinada pelo PCCh e suas decisões políticas serão certamente executadas, sendo partido da situação, suas palavras são cumpridas, essa é uma vantagem política e institucional da China. E à medida que a China for aprofundando de forma ainda mais ampla as suas reformas, o mercado ganhará mais força com incremento do potencial da deman-

da interna e maior impulso para o crescimento. A modernização ao estilo chinês oferecerá ao mundo novas oportunidades econômicas, de desenvolvimento e crescimento.

História do Partido Comunista da China, autoconstrução e sistema político

XU LIANLIN

Vice-presidente da Escola de Formação de Quadros do Barco Vermelho de Zhejiang

A fundação e a luta do Partido Comunista da China

Desde sua fundação, o Partido Comunista da China (PCCh) apresenta três características que o distingue dos demais partidos políticos chineses da época:

Primeiro, a adoção clara de teoria científica, ou seja, do marxismo, para observar e analisar os problemas da China.

Em segundo, esteve decidido, desde a sua fundação, a ir até as bases e realizar o trabalho de massa com a classe trabalhadora.

Em terceiro, construir-se como um partido revolucionário forte composto por membros progressistas, com ideal comum e disciplina rigorosa para ser a principal força para liderar a causa revolucionária.

A história do Partido Comunista da China pode ser dividida em quatro períodos.

O período entre a criação do Partido Comunista da China, em julho de 1921, e a fundação da República Popular da China, em outubro

de 1949, foi chamado de a Nova Revolução Democrática: batalhas sangrentas, espírito indomável.

O período de outubro de 1949 até a Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido, em dezembro de 1978, foi o de revolução e construção socialista: autossuficiência e determinação.

De dezembro de 1978 até a convocação do 18º Congresso do Partido, em novembro de 2012, é o novo período de reforma, abertura e modernização socialista: emancipar a mente e avançar com determinação.

De novembro de 2012 até o presente, é a Nova Era do Socialismo com Características Chinesas: autoconfiança e autossuficiência, integridade e inovação.

O “segredo” do sucesso do PCCh está, em primeiro lugar, servir o povo de forma voluntária, ser o líder do povo e ter compromisso. Segundo, o Partido é hábil em transmitir, divulgar e desenvolver a cultura tradicional chinesa. Terceiro, o Partido é racional, pragmático, flexível e adaptável, o que foi cultivado durante um longo tempo. E, quarto lugar, o Partido tem uma mentalidade global, orientada para o mundo e aberta.

Fundação do Partido Comunista da China e lições aprendidas Dilemas peculiares de grandes partidos

As últimas estatísticas do Partido divulgadas pelo Departamento de Organização do Comitê Central do PCCh mostram que, até o final de 2023, o número total de filiados era de 99.185.000 pessoas, um incremento de 1.144.000 em relação ao ano anterior. Filiados das organizações de base do Partido somam 5.176.000 pessoas, um aumento de 111.000 em relação ao ano anterior.

Seis questionamentos sobre “como manter”, ou seja, “como manter vivo o propósito original e a missão em mente; como manter o pensamento, a vontade e a ação unificados; como manter uma forte capacidade de governo e alto nível de liderança; como manter o estado de espírito empreendedor e trabalhador; como sempre ser capaz

de identificar e resolver os próprios problemas a tempo; como manter um ambiente político tranquilo e íntegro” – Xi Jinping.

História de governança ampla e rigorosa do partido

Prática de trabalho: na reunião de 4 de dezembro de 2012, o Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China analisou e adotou oito disposições relacionadas à melhoria na prática de trabalho e o contato com as massas. As oito disposições, com pouco mais de 600 palavras, foram chamadas de o primeiro “bisturi” da governança rigorosa e ampla, demonstrando a atitude do Partido de “pisar em pedras e deixar pegadas, agarrar o ferro e deixar marcas”.

Combate à corrupção: na Segunda Sessão Plenária da 18ª Comissão Central de Inspeção Disciplinar, realizada em 22 de janeiro de 2013, foi formulada a estratégia anticorrupção, “combater tanto os sintomas quanto as causas, no momento concentrar no combate dos sintomas para ganhar tempo para combater as causas”. Desta forma, lançou-se uma campanha anticorrupção de tolerância zero, “que luta contra tigres e espanta moscas”.

Planejamento geral: em dezembro de 2014, o secretário-geral Xi Jinping apresentou a ideia de “construir de forma coordenada uma sociedade moderadamente próspera, aprofundar a reforma em todas as frentes, ampliar o estado de direito em todas as áreas e maior rigor na governança do Partido”. Incorporado no planejamento estratégico, o rigor na governança do Partido em todos os campos significa fortalecer a liderança do Partido, base ampla e abrangente, rigor é a chave, governança é crucial.

“Duas responsabilidades”: adotadas na Sexta Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCCh, em 2016, “Diretrizes sobre a Vida Política Interna do Partido nas Novas Circunstâncias” definem que o fortalecimento e a regulamentação da vida política interna do Partido é uma tarefa comum a todos, e que todo o Partido deve trabalhar em conjunto para cumprir responsabilidades estabelecidas pelo Comitê do Partido e pelo Comitê de Supervisão Disciplinar do Partido.

Os regulamentos recém-revisados e adotados pelo Partido Comunista da China acerca da fiscalização interna do Partido estabelecem, claramente, que o comitê do Partido (grupo do Partido) é o principal responsável pela fiscalização interna do Partido, sendo o secretário o responsável maior; estabelece que comitês de supervisão disciplinar de todos os níveis são os órgãos exclusivamente responsáveis pela supervisão interna do partido, possuindo função disciplinar.

O Partido em conformidade com os regulamentos: os regulamentos revisados sobre ações disciplinares do Partido Comunista da China foram publicados em agosto de 2018 e em dezembro de 2023. Foi exigido, a departamentos de todas as regiões, o cumprimento de forma consciente. Assim, formou-se um sistema relativamente completo de regulamentos internos do Partido.

Regulamentos internos do Partido apresentam a estrutura “1+4”: a Constituição do Partido; os regulamentos organizacionais; os regulamentos de liderança; os regulamentos de autoaprimoramento e os regulamentos de supervisão e garantia.

Até final de junho de 2023, constam 3.802 regulamentações em vigor dentro do Partido. Dessas, 227 são regulamentações centrais formuladas pelo Comitê Central do Partido, 190 são regulamentações ministeriais formuladas pelo Comitê Central de Fiscalização Disciplinar e pelos órgãos de trabalho do Comitê Central do Partido, e 3.385 são regulamentações locais formuladas pelos comitês do Partido das províncias, regiões autônomas e municípios diretamente subordinados ao Governo Central.

Experiência e resultados da governança rigorosa e ampla do Partido

Desde o 18º Congresso Nacional do PCCH, com o camarada Xi Jinping no comando, o Comitê Central do Partido tem se mantido em um alto nível no contexto geral e histórico, e com determinação, vontade e vigor, executando a governança ampla e rigorosa do Partido, de modo a reverter fundamentalmente a condição frágil de governan-

ça do Partido e alcançando conquistas históricas e pioneiras, gerando um impacto profundo e abrangente.

A liderança do Partido foi fortalecida em todos os aspectos, a governança rigorosa do Partido ganha cada vez mais profundidade, a maneira de trabalhar traz resultados evidentes, fortalecimento contínuo do quadro, construção eficaz de equipe de talentos, ampla organização de base e dos quadros do Partido. O sistema interno de regulamentos do Partido surte um grande efeito na governança.

A realização dos trabalhos do partido e do país gerou resultados históricos e mudanças revolucionárias. A autorrevolução do Partido levou a uma grande revolução social; promoveu o desenvolvimento econômico de alta qualidade; realizou o sonho milenar da nação chinesa de uma vida moderadamente próspera; possibilitou que a reforma e a abertura trouxesse mudanças históricas, reformulação do sistema e reconstrução em diversas áreas; permitiu à China construir um estado de direito para seguir adiante com passos sólidos; permitiu a construção do maior sistema de seguridade social do mundo; promoveu mudanças históricas, decisivas e gerais na proteção do meio ambiente; permitiu a criação do Exército Popular e a construção de relações exteriores com características chinesas.

Experiência do Partido Comunista da China na governança rigorosa e ampla

1. Colocar a construção política na posição central da governança rigorosa e ampla do Partido.

2. Reter os “talentos destacados” para garantir quadros na governança rigorosa e ampla do Partido.

3. Transformar a prática de trabalho em avanço para fortalecer o combate à corrupção.

4. Fortalecer “a gaiola institucional” como importante garantia para a governança rigorosa e ampla do Partido.

5. Usar a governança rigorosa do Partido como uma forma importante de promover a modernização do sistema e da capacidade de governança do país.

Liderança e desenho institucional do Partido Comunista da China

Socialismo com características chinesas é um sistema científico que surge de explorações práticas de longo prazo do Partido Comunista da China e do povo chinês. Na liderança do país, o Partido Comunista da China realiza trabalhos e atividades sempre conforme o sistema socialista com características chinesas. O sistema de governança nacional e sua capacidade de governar são a cristalização do sistema socialista com características chinesas e sua capacidade de execução.

O desenho institucional

Sistema fundamental: o chamado sistema fundamental se refere ao sistema de decisão *top-down* de amplo alcance que orienta a totalidade no socialismo com características chinesas. Entre eles, o sistema de liderança centralizada e unificada e a liderança geral do Partido são sistemas de liderança fundamentais de nosso Partido e Estado. O sistema político de nosso país conta com o congresso popular. O marxismo é fundamental na esfera cultural, um norte no campo ideológico. Construir juntos, governar juntos, aproveitar juntos é a base da governança social. A liderança absoluta do Partido sobre as Forças Armadas é o sistema militar fundamental de nosso país.

Sistema básico: o chamado sistema básico é o sistema que por meio da implementação de princípios básicos da vida política e econômica do país gera impacto significativo no desenvolvimento econômico e social. O sistema básico abrange e incorpora todas as áreas. Na esfera política, trata-se dos três sistemas políticos básicos: cooperação multipartidária e consulta política sob a liderança do Partido Comu-

nista da China, autonomia étnica regional e autonomia das camadas populares. Na esfera econômica, se refere a três sistemas econômicos básicos: coexistência de múltiplas formas de propriedade sendo propriedade pública o dominante, múltiplos modos de distribuição baseado no trabalho e sistema econômico de mercado socialista.

O sistema organizacional do PCCh. De acordo com a Constituição do Partido, são três níveis principais de organização: a organização central do Partido, as organizações locais e as organizações de base.

As organizações de base do Partido são a base para garantir a implementação das linhas políticas e decisões do Partido. Com foco no aumento de sua força organizacional e no destaque de suas funções políticas, as organizações de base do Partido em empresas, áreas rurais, instituições, escolas, institutos de pesquisa científica, ruas, comunidades e organizações sociais devem ser transformadas em fortes bases de luta para propagar as ideias do Partido, implementar as decisões, liderar a governança de base, unir e mobilizar as massas e promover a reforma e o desenvolvimento.

Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China e novo plano sobre a construção do Partido

Primeiro, o plano enfatiza a liderança centralizada e unificada do Comitê Central do PCCh no aprofundamento da reforma amplificada, enfatiza que o Comitê Central do Partido comanda a formulação, a organização, a coordenação e a execução da reforma, e incentiva todas as regiões e departamentos a fazerem inovações à luz de suas práticas reais e a criarem novas experiências que possam ser replicadas e disseminadas. Propõe que as questões da reforma sejam elaboradas pensando na resolução de contradições existentes, e o aprimoramento dos principais programas de reforma, de modo que os problemas possam ser identificados e os desvios corrigidos a tempo.

Em segundo, construção do mecanismo: foca no aprofundamento da reforma do mecanismo de formação do Partido. Enfatiza

a necessidade de reforma profunda no funcionamento de recursos humanos, estabelece a orientação para a seleção e contratação de pessoal, recrutamento de quadros que sejam politicamente competentes, corajosos, decididos na reforma, com resultados, íntegros e honestos. Desenvolver a capacidade de transitar em diferentes camadas da sociedade, melhorar o mecanismo de mandato das lideranças, melhorar o mecanismo de transição dos líderes, melhorar a capacidade de formação moderna dos quadros, e empenhar esforços para resolver o problema de membros que trabalham de forma errada e reativa, sem atitude e sem vontade de resolver os problemas.

Em terceiro, a construção de prática de trabalho e o combate à corrupção: trata do aprofundamento de governo íntegro pelo Partido e combate à corrupção. Em particular, é necessário melhorar o mecanismo de fiscalização sobre o Partido e o Estado, e, dentro da governança rigorosa e ampla do Partido, fortalecer a fiscalização e ampliar a prestação de contas.

“Forças produtivas de nova qualidade”: tecnologia, inovação e desenvolvimento na Resolução da 3ª Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China

DEMÉTRIO TOLEDO

*Professor de Relações Internacionais e de Economia Política Mundial
da Universidade Federal do ABC.*

1. Introdução

Entre os dias 15 e 18 de julho de 2024, o Partido Comunista da China (PCCh) realizou em Beijing a muito aguardada Terceira Sessão Plenária de seu 20º Comitê Central, divulgando, ao final da reunião, a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa*.

Desde a Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCCh, realizada em dezembro de 1978, as Terceiras Sessões Plenárias têm gerado grande expectativa dentro e fora da República Popular da China (RPC). Naquele ano, sob a liderança de Deng Xiaoping, a Terceira Sessão Plenária anunciou, em sua Resolução final, as medidas que inaugurariam o período de reforma e abertura, um conjunto de trans-

formações que afastariam a China das experimentações socialistas mais radicais do maoísmo – nem sempre bem-sucedidas do ponto de vista da promoção do bem-estar do povo chinês e do crescimento econômico do país – por meio da introdução gradual de mecanismos de mercado na economia chinesa.

Neste comentário à *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa*, documento final da Terceira Sessão Plenária de 2024, discuto como as prioridades e intenções anunciadas na Resolução se encaixam com a trajetória recente de desenvolvimento da China. Começo apresentando a organização do poder central na RPC: composição, atribuições e periodicidade dos Congressos Nacionais do PCCh, dos Comitês Centrais e das Sessões Plenárias. Em seguida, apresento as mais importantes Terceiras Sessões Plenárias desde o início do período de reforma e abertura, entre as quais se destacam a de 1978, realizada pelo 11º Comitê Central, a de 1993, durante o 14º Comitê Central, e a de 2018, sob o 18º Comitê Central. Faço, então, uma rápida contextualização da fase atual de desenvolvimento da RPC e discuto os desafios que a China enfrentará nos próximos anos. Discuto, então, os principais pontos da Resolução da recém-encerrada Terceira Sessão Plenária 20º Comitê Central. Concluo refletindo sobre o que se pode esperar, com base nas prioridades e intenções estabelecidas pela Resolução, do desenvolvimento chinês nos próximos dez anos.

2. A organização do poder central na República Popular da China: Congressos Nacionais, Comitês Centrais e Sessões Plenárias do Partido Comunista da China

A história da RPC sob Mao Zedong misturou espetaculares conquistas e alguns assombrosos fracassos. Avaliando a contribuição do camarada Mao para o estabelecimento da Nova China, o PCCh, em sua *Resolução sobre certas questões da história do nosso partido desde a fundação da República Popular da China*, de 1981, faz uma avaliação bastante

dura, sem deixar de ser justa, de seu principal líder até então. A avaliação canônica seria dada por Deng Xiaoping: feitas as contas, declarou Deng, ao longo de sua vida, Mao Zedong esteve certo 70% das vezes e errado 30% – nota admirável se lembrarmos que Mao esteve no PCCh desde sua fundação, em 1921, retirando-se de cena apenas com sua morte, em 9 de setembro de 1976.

A franqueza com que o PCCh avaliou sua própria história e deu balanço dos erros e acertos de Mao era necessária: o partido ainda estava fazendo o rescaldo dos anos do que poderíamos chamar de Alto Maoísmo – que se estendem do Grande Salto Adiante, lançado em 1958, até a cena final, épica e trágica ao mesmo tempo, da Revolução Cultural, entre 1966 e 1976 –, com suas campanhas de massa, seu culto à figura do presidente Mao, seu impulso ultragigantista e a centralidade absoluta, acima de todo o resto, da luta de classes e da construção do socialismo. O PCCh não poderia repetir aqueles erros, dos quais o mais grave foi o extremo personalismo de Mao Zedong no exercício do poder e o enfraquecimento institucional do partido. O PCCh passa, então, a se dedicar a um processo de reconstrução institucional que vai introduzir previsibilidade e regularidade no funcionamento das instâncias organizações partidárias.

No que interessa aos propósitos deste texto, importa entender o modo como o Congresso Nacional se relaciona com o Comitê Central e como este organiza as deliberações do PCCh sobre estratégias de médio e longo prazo e o processo posterior de implementação de políticas públicas.

Antes, no entanto, de descrever os aspectos mais gerais da estrutura organizacional do PCCh, é preciso lembrar um elemento comum a quase todos os sistemas políticos históricos socialistas: o paralelismo entre Estado e partido. Nesses sistemas, observa-se uma homologia estrutural entre Estado e partido, isto é, à estrutura do Estado, e decorrentemente do governo, costuma corresponder uma estrutura homóloga do partido, com espelhamento de cargos e áreas de atuação. Em termos de divisão do trabalho político entre Estado e

partido, a este, cabem as definições das estratégias de médio e longo prazos, e àquele, o desenho e execução das políticas públicas definidas pelas instâncias dirigentes do partido.

Conforme estabelecido pela *Constituição do Partido Comunista da China* em seu Capítulo II, Artigo 10, parágrafo 3: “Os órgãos dirigentes máximos do Partido são o Congresso Nacional e o Comitê Central, que este elege”. A Constituição do PCCh também determina, em seu Capítulo III, Artigo 19, que “O Congresso Nacional do Partido realiza-se de cinco em cinco anos e é convocado pelo Comitê Central”. O Comitê Central, que passa a ser conhecido pelo numeral que define seu lugar na sequência de mandatos de Comitês Centrais, organiza “as sessões plenárias do Comitê Central (...) convocadas pelo Birô Político do Comitê Central [que] devem ser realizadas pelo menos uma vez por ano. O Birô Político relata seus trabalhos nas sessões plenárias e acata a sua supervisão” (*Constituição do Partido Comunista da China*, Capítulo III, Artigo 22).

Assim, o Congresso Nacional do PCCh, que ocorre a cada cinco anos (sempre em anos terminados em 7 e 2: 1977, 1982, 1987, 1992... 2022, e o próximo em 2027) elege o Comitê Central, que, através do Birô Político, convoca, pelo menos uma vez por ano, as sessões plenárias do Comitê Central, que deliberam sobre as estratégias e caminhos que a RPC seguirá nos anos seguintes.

3. O sistema de Sessões Plenárias dos Comitês Centrais e a significância histórica das Terceiras Sessões

As sessões plenárias realizadas ao longo de cada mandato de cinco anos de um Comitê Central são, atualmente, em número de sete. Convencionou-se estabelecer, entre cada sessão plenária, uma divisão de temas principais a serem tratados por cada uma delas. Na primeira sessão, são eleitos os membros do Birô Político, do seu Comitê Permanente e o Secretário-Geral do PCCh. Na segunda sessão, são propostas listas de candidatos para compor a direção do governo, do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês

(o principal órgão consultivo político da China) e do Congresso Nacional do Povo. A terceira sessão plenária discute as grandes reformas econômicas e políticas propostas pelo Comitê Central. A quarta sessão propõe aprimoramentos na capacidade de governança do PCCh. Na quinta sessão plenária, ocorre a apresentação do próximo plano quinquenal para o desenvolvimento social e econômico da China. A sexta sessão plenária discute a melhoria da moralidade geral da sociedade e do PCCh, além de reformas culturais. Por fim, a sétima sessão plenária apresenta o relatório de trabalho elaborado pelo Birô Político e define a data do próximo Congresso Nacional do PCCh.

Nem sempre foi assim. Entre o 1º Congresso Nacional do PCCh, realizado em 1921, e o 11º, ocorrido em 1977, transcorreram 66 anos; durante o período maoísta, foram realizados apenas três Congressos Nacionais do PCCh: o 8º, em 1956, o 9º, em 1969, e o 10º, em 1973 (Zhang 2021). É apenas a partir de 1977, um ano após a morte de Mao Zedong, que os Congressos Nacionais do PCCh passam a ter periodicidade regular.

Foi na 3ª Sessão Plenária do 11º Congresso Nacional do PCCh, realizada em dezembro de 1978, que se deu início à tradição de anunciar, por meio de sua Resolução final, as grandes mudanças planejadas pelo PCCh para a economia chinesa, e foi na 3ª Sessão Plenária de 1978 que se anunciou o início do processo de reforma e abertura da economia chinesa, liderado durante a década e meia seguinte por Deng Xiaoping.

Desde então, as terceiras sessões plenárias passaram a ser cercadas por grande expectativa a respeito do que será anunciado sobre as reformas econômicas da China. Analistas de todo o mundo acompanham a sessão plenária com a mesma ansiedade que os católicos olham para a chaminé da Capela Sistina esperando a fumaça branca que sinaliza o *habemus Papam*. Com razão: as decisões das terceiras sessões costumam ter grandes implicações para o desenvolvimento da China.

Na Terceira Sessão do 12º Comitê Central, em 1984, a Resolução final indicou a mudança do foco das reformas das zonas rurais para as zonas urbanas; na Terceira Sessão do 13º Comitê Central, em 1988, o compromisso com a reforma e abertura foi reafirmado; e a Terceira Sessão do 14º Comitê Central, em 1993 (que ombreia com as terceiras sessões de 1978 e de 2013 em termos de significância histórica), não mais sob a liderança de Deng Xiaoping, mas de Jiang Zemin, consagrou a noção de “economia socialista de mercado”. As terceiras sessões plenárias do 15º, 16º e 17º Comitês Centrais, realizadas em 1998, 2003 e 2008, respectivamente, também reforçaram o compromisso do PCCh com a continuidade do processo de reforma e abertura, sem anunciar, contudo, grandes mudanças.

Com a eleição pelo Congresso Nacional do PCCh em 2012 do 18º Comitê Central do Partido, liderado por Xi Jinping, cria-se novamente grande expectativa em relação às deliberações que seriam anunciadas pela Resolução da Terceira Sessão Plenária, realizada em 2013. Filho de Xi Zhongxun, líder da geração revolucionária do PCCh que foi expurgado ainda antes da Revolução Cultural e posteriormente reabilitado, tendo ocupado importantes cargos na província de Guangdong no início do processo de reforma e abertura, Xi Jinping também teve sua trajetória marcada, primeiro, pela perseguição durante a Revolução Cultural e, mais tarde, depois de ingressar no PCCh, pelo desempenho de importantes cargos em nível municipal e provincial em regiões à frente do processo de reforma e abertura, como as províncias de Fujian e Zhejiang e a cidade de Xangai.

A Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central, realizada em novembro de 2013, revelou a direção que Xi Jinping tomaria à frente da RPC: a Resolução final, mais uma vez, reafirmou o compromisso do PCCh com a reforma e abertura e declarou que o PCCh atribuiria um papel decisivo aos mecanismos de mercado no funcionamento da economia chinesa.

A Terceira Sessão Plenária do Comitê Central seguinte, o 19º, não anunciou grandes mudanças de curso no desenvolvimento chinês,

apenas reafirmando o compromisso do PCCh com o prosseguimento do processo de reforma e abertura da economia e o aprofundamento de reformas do partido e do Estado.

O 19º Comitê Central, contudo, havia reservado uma novidade muito importante no que diz respeito ao sistema político chinês: a limitação à ocupação da liderança do partido, e conseqüentemente do Estado, a um máximo de dois períodos de cinco anos (correspondentes ao período de dois Comitês Centrais) foi retirada em 2018, e, no 20º Congresso Nacional do PCCh, Xi Jinping foi confirmado à frente do 20º Comitê Central para um terceiro mandato, rompendo com a regularidade e previsibilidade na sucessão de poder que havia se estabelecido desde que o cargo de presidente havia sido recriado, em 1982, estabelecendo mandatos de cinco anos renováveis por mais cinco. Nesse período, a presidência foi ocupada por Li Xiannian, 1983-1988; Yang Shangkun, 1988-1993; Jiang Zemin, 1993-2003; Hu Jintao, 2003-2013.

Essa mudança na organização política interna do PCCh, combinada ao acirramento das tensões internacionais e à redução das taxas de crescimento da economia chinesa nos últimos anos (não obstante ainda estarem em níveis relativamente elevados: em 2023 o PIB da RPC cresceu 5,2% e a projeção para este ano de 2024 é de crescimento por volta de 5%), gerou enormes expectativas em relação às deliberações da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central. Como o PCCh lidaria com as transformações e novos desafios que se apresentavam à RPC nos ambientes doméstico e internacional?

4. Os desafios do desenvolvimento chinês hoje: ciência, tecnologia e inovação como principais forças produtivas

Antes de analisar a Resolução final da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh, contudo, é preciso colocar em contexto os desafios que a China enfrenta hoje em sua busca pelo desenvolvimento pleno e pela construção de uma sociedade socialista moderna.

Com o início do período de reforma e abertura em 1978, a China passou por diferentes fases de desenvolvimento econômico. As reformas econômicas começaram nas zonas rurais no final dos anos 1970 e inícios dos anos 1980, passando ao longo da década de 1980 a dar ênfase à produção de bens de consumo e, mais tarde, de bens de capital. O impulso exportador sempre desempenhou um papel chave no crescimento econômico chinês, bem como o recurso a uma vasta reserva de mão de obra e a mercados consumidores internos e externos ávidos por produtos baratos. Também em relação ao desenvolvimento produtivo e tecnológico, a China passou por diferentes fases de 1978 até hoje, saindo da produção de baixíssima qualidade com tecnologias e métodos produtivos ultrapassados até o *catch-up* com algumas das nações mais avançadas da economia global.

Os determinantes da competitividade chinesa mudaram profundamente ao longo dessas quatro décadas e meia desde o início do período de reforma e abertura: de um crescimento extensivo (recrutando mais mão de obra e ampliando seus mercados consumidores) e com baixo uso de tecnologia para um crescimento intensivo (qualificando sua mão de obra e subindo na cadeia de valor dos bens que produz) e que incorpora cada vez mais tecnologia e inovação à produção.

Essa transformação da economia chinesa, no entanto, não só está incompleta como também está entrando em uma fase de grandes desafios e elevados riscos. Para continuar a melhorar a qualidade de vida de seu povo, a produtividade da economia chinesa precisa seguir crescendo, e, para fazer isso, ela precisa aumentar muito sua intensidade tecnológica e impulso inovativo. Em Toledo (2019), falei do dilema tecnológico fundamental dos processos de desenvolvimento: comprar tecnologia (de outro) ou fazer (sua própria) tecnologia. Acontece que nem sempre e nem todas as tecnologias de que uma empresa ou país necessita estão disponíveis para serem compradas. De 1978 até o começo da segunda década dos anos 2000, a estratégia tecnológica chinesa combinou aquisição e imitação de tecnologias estrangeiras e

desenvolvimento próprio de tecnologias maduras. Durante esse período, enquanto produzia bens de baixo valor agregado, baseando seu dinamismo econômico em fatores como o baixo custo de sua mão de obra e a pouca atenção aos impactos ambientais do crescimento econômico, a China pôde contar com o acesso a tecnologias estrangeiras maduras, seja por compra, seja por imitação ou desenvolvimento próprio.

No entanto, à medida que a os setores mais avançados da economia chinesa subiam nas cadeias de valor e incorporavam mais tecnologia e inovação, a aquisição e imitação de tecnologias de ponta estrangeiras ou o desenvolvimento próprio dessas tecnologias tornava-se cada vez mais difícil, seja pela complexidade da tecnologia, seja pela ação das empresas e dos países detentores daquelas tecnologias para impedir o acesso das empresas chinesas a elas (o caso das sanções que os Estados Unidos impõem à China no setor de semicondutores é ilustrativo da reação dos países centrais e de suas empresas aos avanços chineses no domínio de tecnologias de ponta). Uma coisa é negociar a compra, imitar ou desenvolver tecnologias maduras ou próximas da obsolescência; outra coisa é comprar, imitar ou desenvolver tecnologias na fronteira tecnológica. Ao chegar a esse ponto de seu desenvolvimento, o desenvolvimento chinês precisará avançar em sua autonomia tecnológica.

Por isso, o grande desafio que a China vem enfrentando na última década – e que representa um perigo existencial para o PCCh e para o processo de rejuvenescimento e reunificação nacional da China por meio do socialismo com características chinesas – é conseguir superar as restrições tecnológicas externas criadas pelo monopólio tecnológico das nações centrais e de suas empresas e interiorizar o processo de desenvolvimento tecnológico de modo a caminhar em direção à autonomia tecnológica plena. Sem um salto qualitativo da economia chinesa baseado no desenvolvimento de tecnologias próprias e no domínio da inovação, a China corre sério risco. A *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma*

de modo abrangente para promover a modernização chinesa busca justamente enfrentar esses riscos e responder aos desafios que a China enfrentará na próxima década, em especial o tecnológico.

5. A Resolução da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh: temas e proposições

A Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh foi cercada de expectativas e mistérios. Depois da morte de Mao Zedong, os Congressos Nacionais do PCCh passaram a ocorrer regularmente a cada cinco anos, começando com o 11º Congresso Nacional do PCCh, em 1977, que elegeu o 11º Comitê Central. Tradicionalmente, as Terceiras Sessões eram realizadas no outono ou inverno do ano seguinte ao Congresso Nacional (com exceção da Terceira Sessão do 12º Comitê Central, eleito pelo 12º Congresso Nacional do PCCh, em 1982, que ocorreu apenas em 1984), ocorrendo sempre, salvo a de 1984, em anos terminados em 8 e 3: 1978, 1988, 1993, 1998... 2013, 2018).

Uma vez que o 20º Comitê Central do PCCh foi eleito pelo 20º Congresso Nacional do PCCh, em 2022, esperava-se que a Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central seria realizada no final de 2023, seguindo a tradição estabelecida desde 1978. Essa Terceira Sessão, no entanto, foi postergada, não ocorrendo em 2023, e sequer foi anunciada a nova data de sua realização – um rompimento com a tradição, a regularidade e o simbolismo das Terceiras Sessões que não passou despercebido. O que estava acontecendo? O que pretendia o 20º Comitê Central do PCCh, Xi Jinping à frente, com o adiamento indefinido da Terceira Sessão? Mais importante ainda: o que isso sinalizava? O processo de reforma e abertura iniciado em 1978 estaria sob risco? A China reverteria sua reforma e abertura econômica? Em qual direção? O que esperar do terceiro mandato de Xi Jinping?

Não demorou para os observadores dos assuntos chineses se organizarem em dois campos de opiniões. Havia aqueles que interpretaram o adiamento da Terceira Sessão como sinal indubitável da

fraqueza de Xi Jinping. Segundo os adeptos dessa opinião, o adiamento da Terceira Sessão sem justificativa e sem data certa para acontecer revelava as dificuldades que Xi Jinping estaria enfrentando no interior do partido para construir uma proposta consensual que unisse o PPCh em torno de sua liderança, mostrando que Xi Jinping estaria sofrendo resistências internas e que ele teria dificuldades para consolidar sua agenda. No outro campo de opiniões, estavam aqueles que interpretavam o adiamento da Terceira Sessão como prova irrefutável da força de Xi Jinping e de sua liderança sobre o partido. Segundo os adeptos dessa opinião, a liderança de Xi Jinping seria tamanha que ele poderia se dar ao luxo de romper com a tradição das Terceiras Sessões e realizá-la quando bem entendesse e julgasse mais adequado ao objetivo de implementar sua agenda.

Depois de muito suspense e especulações, a data da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh foi anunciada: o encontro ocorreria entre os dias 15 e 18 de julho de 2024. Tomaram parte 199 membros permanentes e 165 membros alternados, além de inúmeros observadores de diferentes organizações do PCCh.

A sessão plenária se realizou, e nada indica que Xi Jinping esteja enfraquecido, pelo contrário: a Resolução utiliza amplamente os principais conceitos e desenvolve novas ideias estreitamente associadas ao Pensamento Xi Jinping. Segundo o Comunicado oficial da Terceira Sessão Plenária, “durante a sessão, o Comitê Central ouviu e debateu um relatório sobre o do Birô Político, apresentado por Xi Jinping em nome do Birô Político, e analisou e adotou a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa*” (*Communiqué of the Third Plenary Session of the 20th Central Committee of the Communist Party of China*, 2024). A Resolução também definiu “que os objetivos gerais do aprofundamento abrangente da reforma consistem em continuar a melhorar e a desenvolver o sistema do socialismo com características chinesas e a modernizar o sistema e a capacidade de governança da China. Até 2035, teremos terminado a construção de uma economia

de mercado socialista de alto nível em todos os aspectos, melhorado ainda mais o sistema do socialismo com características chinesas, modernizado em geral o nosso sistema e de governança e, basicamente, realizado a modernização socialista”, indicando que “as tarefas de reforma definidas na presente resolução deverão estar concluídas até a data em que a República Popular da China celebra o seu 80º aniversário em 2029”.

A Resolução da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh está organizada em 15 partes que cobrem um amplo conjunto de temas. A primeira seção da Resolução: I. Grande importância e requisitos gerais – expõe o objetivo central da Resolução, o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa, definindo as tarefas a serem realizadas para a consecução desse objetivo em seções subsequentes; II. Construir uma economia de mercado socialista de alto nível; III. Promover um desenvolvimento econômico de elevada qualidade; IV. Apoiar a inovação em geral; V. Melhorar a governança macroeconômica; VI. Promover o desenvolvimento urbano-rural integrado; VII. Prosseguir a abertura de alto nível; VIII. Promover a democracia popular ao longo de todo o processo de governança; IX. Promover o Estado de direito socialista com características chinesas; X. Aprofundar a reforma do setor cultural; XI. Assegurar e melhorar o bem-estar da população; XII. Aprofundar a reforma no setor da conservação ecológica; XIII. Modernizar o sistema e a capacidade de segurança nacional da China; XIV. Aprofundar a defesa nacional e a reforma militar; e XV. Melhorar a liderança do Partido.

Não obstante a diversidade de assuntos tratados pela Resolução, seu tema central, sem dúvida, é o aprofundamento do processo de reforma e abertura econômica, abordado em diversas seções. E o conceito fundamental da Resolução é “forças produtivas de nova qualidade” – aquelas forças produtivas cujo diferencial está baseado na incorporação em alta intensidade de tecnologia e inovação.

A seção I – Grande importância e requisitos gerais – se inicia colocando a Resolução em contexto histórico: “a reforma e abertura foram cruciais para a causa do partido e do povo, permitindo-nos acompanhar os tempos a passos largos. A terceira sessão plenária do 11º Comitê Central do PCCh foi um acontecimento marcante, que deu início a um novo período: o período da reforma, da abertura e da modernização socialista. A terceira sessão plenária do 18º Comitê Central do PCCh também teve um significado histórico. Marcou o início de uma nova jornada de aprofundamento global da reforma na nova era com planos sistemáticos e holísticos, abrindo, assim, o caminho para uma nova etapa nos esforços de reforma e abertura da China”. Em seguida, define seus objetos gerais: “Continuaremos a melhorar e a desenvolver o sistema do socialismo com características chinesas e a modernizar o sistema e a capacidade de governança da China. Até 2035, teremos terminado a construção de uma economia de mercado socialista de alto nível em todos os aspectos, melhorado, ainda mais, o sistema do socialismo com características chinesas, modernizado, de um modo geral, o nosso sistema e a nossa capacidade de governança e concretizado basicamente a modernização socialista. Tudo isto criará uma base sólida para transformar a China num grande país socialista moderno em todos os aspectos até meados deste século. Em particular, nos concentraremos na realização dos seguintes objetivos: construir uma economia de mercado socialista de alto nível; avançar a democracia popular em todo o processo; desenvolver uma forte cultura socialista na China; melhorar a qualidade de vida das pessoas; construir uma China bonita; promoção da Iniciativa para a Paz na China a um nível mais elevado; melhorar a capacidade de liderança e de governança a longo prazo do partido; as tarefas de reforma definidas na presente resolução devem estar concluídas até à altura em que a República Popular da China celebrar o seu 80º aniversário, em 2029”.

A seção II – Construir uma economia de mercado socialista de alto nível – define esse objetivo nos seguintes termos: “uma economia

de mercado socialista de alto nível constitui uma garantia importante para a modernização da China. Temos de aproveitar melhor o papel do mercado, promover um ambiente de mercado mais justo e dinâmico e tornar a alocação de recursos tão eficiente e produtiva quanto possível. Temos de eliminar as restrições ao mercado, assegurando, simultaneamente, uma regulamentação eficaz, e esforçar-nos por manter a ordem no mercado e corrigir as suas deficiências. Ao fazê-lo, asseguraremos a fluidez dos fluxos na economia nacional e libertaremos as forças motrizes internas e a criatividade de toda a sociedade”.

A seção seguinte, III – Promover um desenvolvimento econômico de elevada qualidade –, afirma que “o desenvolvimento de alta qualidade é a nossa principal tarefa para transformar a China num país socialista moderno em todos os aspectos. É essencial que apliquemos a nova filosofia de desenvolvimento para orientar a reforma e basear os nossos esforços na nova fase de desenvolvimento. Temos de aprofundar a reforma estrutural do lado da oferta, melhorar os mecanismos de incentivo e de limitação para promover um desenvolvimento de alta qualidade de alta qualidade, e nos esforçarmos para criar novos motores e pontos fortes de crescimento”.

A seção IV – Apoiar a inovação em geral – tem relação direta com a seção anterior. Segundo a Resolução: “a educação, a ciência e a tecnologia e o talento são aspectos básicos e estratégicos para a modernização da China. Temos de implementar plenamente a estratégia de revigorar a China através da ciência e da educação, a estratégia de desenvolver uma mão de obra de qualidade e a estratégia de desenvolvimento orientado para a inovação, envidar esforços coordenados para promover a reforma integrada das instituições e mecanismos relacionados com a educação, a ciência e tecnologia e talentos, e melhorar o novo sistema de mobilização de recursos em nível nacional, a fim de melhorar o desempenho global do sistema de inovação do nosso país”.

A seção V – Melhorar a governança macroeconômica –, por sua vez, estipula que “uma macrorregulação sólida, juntamente com uma

governança eficaz por parte do governo, é essencial para garantir que possamos aproveitar plenamente os pontos fortes institucionais da nossa economia socialista de mercado. É, por conseguinte, vital que melhorem os nossos sistemas de macrorregulação. Temos de prosseguir realizando reformas coordenadas nos setores fiscal, tributário, financeiro e em outros setores importantes e trabalhar para reforçar a coerência da orientação da política macroeconômica”.

Já a seção VI – Promover o desenvolvimento urbano-rural integrado – chama a atenção para o problema das desigualdades urbano-rurais ainda hoje existentes na China. De acordo com a Resolução, “o desenvolvimento urbano e rural integrado é essencial para a modernização da China. Temos de seguir com o progresso coordenado da nova industrialização, da nova urbanização e da revitalização rural em geral, facilitar uma maior integração urbano-rural no planejamento, desenvolvimento e governança em todos os domínios e promover intercâmbios iguais e fluxos bidirecionais de fatores de produção entre as zonas urbanas e rurais, de modo a reduzir as disparidades entre ambas e promover a sua prosperidade e o desenvolvimento partilhados”.

Por sua vez, a seção VII – Prosseguir a abertura de alto nível – reitera que “a abertura é uma característica que define a modernização da China. Temos de continuar empenhados na política estatal básica de abertura ao mundo exterior e continuar a promover a reforma através da abertura. Aproveitando os pontos fortes do enorme mercado da China, reforçaremos a nossa capacidade de abertura, alargando simultaneamente a cooperação internacional, e desenvolveremos novas instituições para uma economia aberta de alto nível”.

Na seção XI – Assegurar e melhorar o bem-estar da população –, o tema do bem-estar e da qualidade de vida recebe atenção especial. Segundo a Resolução, “assegurar e melhorar o bem-estar das pessoas no desenvolvimento é uma das principais tarefas da modernização chinesa. De acordo com o princípio de fazer tudo dentro das nossas possibilidades, iremos aperfeiçoar os sistemas de serviços públicos

de base, com o objetivo de fornecer serviços inclusivos, satisfazer as necessidades essenciais e proporcionar um amortecedor para os mais necessitados. Nos esforçaremos para resolver os problemas mais concretos, que mais preocupam e mais diretos para as pessoas, de modo a satisfazer as aspirações das pessoas a uma vida melhor”.

A seção XII – Aprofundar a reforma no setor da conservação ecológica – aborda a importantíssima questão da preservação do meio ambiente: “a modernização chinesa é a modernização da harmonia entre a humanidade e a natureza. Temos de trabalhar para melhorar os sistemas de conservação ecológica e fazer esforços concertados para reduzir as emissões de carbono, reduzir a poluição, prosseguir o desenvolvimento verde e impulsionar o crescimento econômico. Temos de responder ativamente às alterações climáticas e avançar mais rapidamente para melhorar as instituições e os mecanismos de aplicação do princípio de que ‘as águas cristalinas e as montanhas exuberantes são bens inestimáveis”’.

As demais seções (VIII. Promover a democracia popular ao longo de todo o processo de governança; IX. Promover o Estado de direito socialista com características chinesas; X. Aprofundar a reforma do setor cultural; XIII. Modernizar o sistema e a capacidade de segurança nacional da China; XIV. Aprofundar a defesa nacional e a reforma militar e XV. Melhorar a liderança do Partido) abordam problemas também importantes para a China, mas que se relacionam apenas indiretamente com a questão central tratada pela Resolução, o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa.

A Resolução da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh, em suma, reafirmou o compromisso do PCCh com a continuidade do processo de reforma e abertura – continuidade, isto é, no que diz respeito a realizar o processo de modernização socialista da China pela reforma e abertura. Mas, de 1978 para cá, a expressão reforma e abertura assumiu sentidos muito diferentes em contextos doméstico e internacional. Qual é a especificidade do caminho

proposto pela Resolução de 2024? Trata-se de mais do mesmo, ou a Resolução anuncia mudanças de fundo em relação à estratégia de modernização chinesa em comparação com os períodos anteriores? Na Conclusão, discuto o que me parecem ser as importantes diferenças da estratégia delineada na Resolução de 2024 em relação às estratégias anteriores e levanto algumas possíveis implicações disso para o Brasil.

6. Conclusão: Modernização socialista e desenvolvimento de alta qualidade

O processo de desenvolvimento da China desde o início do período de reforma e abertura anunciado na Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCCh é impressionante. Nesses quase 50 anos, a China saiu de uma condição de país rural e de baixa renda para um país que hoje se aproxima da renda média alta. Nesse mesmo período, a China retirou 800 milhões de pessoas da pobreza e acabou com a pobreza extrema. Sua economia, de rural e agrária, se tornou urbana, industrial e com um amplo setor de serviços. De fabricante de produtos de baixa qualidade e sem marca, passou a criadora de objetos de desejo de consumidores mundo afora.

Como toda trajetória de desenvolvimento, a da China também não foi linear. Se no começo do período de reforma e abertura a China avançou com base nas “vantagens do atraso”, entre as quais o baixo custo da mão de obra e a renda muito modesta de sua população, à medida que essas vantagens se exauriram, foi preciso basear a estratégia de desenvolvimento da China em novos fatores, de modo a continuar progredindo em direção a uma economia mais diversificada e intensiva em conhecimento.

Na última década, a China centrou sua estratégia de desenvolvimento em aumentar a intensidade tecnológica de suas empresas públicas e privadas e a internacionalizar suas principais empresas e marcas. Foi assim que a China dos produtos das lojas de R\$ 1,99 deu lugar à China dos smartphones Huawei, dos veículos elétricos BYD e do TikTok, entre muitas outras marcas e produtos. A China foi, sem

dúvida, muito bem-sucedida no seu processo de incorporação de tecnologia à sua economia e realizou o objetivo estabelecido uma década atrás: realizar em amplo grau o *catch-up* com as economias centrais, isto é, alcançá-las no domínio das tecnologias atualmente existentes, algumas mais maduras, outras mais novas e ainda em processo de desenvolvimento e difusão.

Para continuar a se desenvolver, no entanto, não basta à China se igualar às economias centrais em termos do domínio das tecnologias atuais; para que sua trajetória não seja interrompida, a China precisará ultrapassar essas economias tecnologicamente. Daqui para a frente, a China precisará se tornar mais e mais inovativa, de modo a dominar não apenas as tecnologias existentes, mas a criar as novas tecnologias que definirão o desenvolvimento econômico, social e ambiental pelas próximas décadas. Ela precisará saltar à frente e desenvolver as tecnologias que definirão a fronteira tecnológica. Da imitação e depois do domínio em elevado grau das tecnologias existentes, a China precisará passar a produzir as novíssimas tecnologias e produtos que ainda não existem ou existem apenas em estado inicial de desenvolvimento. Ela terá que estar à frente da próxima revolução tecnológica, passando da condição de seguidora a líder tecnológica.

O que a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa* revela é que a China, sob a liderança do PPCh e de Xi Jinping, tem muito clareza sobre qual o estágio em que a economia chinesa se encontra. Mais do que isso, a Resolução mostra ao mundo que a liderança chinesa tem plena consciência de que a China encontra-se diante de um momento de grande significância histórica: ou bem a China dá um salto e assume a liderança da fronteira tecnológica mundial, ou ela permanecerá como economia forte, gigantesca, altamente produtiva, mas numa condição de dependência tecnológica em relação às nações centrais. Não é pouco, mas, para o povo chinês e o PCCh, não é o bastante. A China precisa, portanto, conquistar sua autonomia tecnológica do modo mais completo possível.

Nada disso é novo, no entanto. Desde a 1ª Guerra do Ópio e ao longo de todo o século da humilhação, os chineses têm se caracterizado por uma aguda consciência dos perigos do atraso tecnológico. Semicolonialismo, invasões estrangeiras e turbulências internas ensinaram o povo chinês a buscar sua autonomia tecnológica por todos os caminhos. Essa consciência aguda se manifestou no movimento de Autofortalecimento, no Movimento da Nova Cultura, no Grande Salto Adiante, nas Quatro Modernizações e ao longo de todo o período de reforma e abertura. Mas talvez hoje, mais do que nunca, a realização do sonho de rejuvenescimento nacional da China depende do sucesso no domínio do que a Resolução define como “forças produtivas de nova qualidade”.

A China terá sucesso nessa nova fase de seu desenvolvimento? Ainda é cedo para dizer. Mas a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma de modo abrangente para promover a modernização chinesa* é um excelente começo.

Para saber mais

CGTN (2024) “Reform resolution is most important outcome of latest CPC plenum: official”.

CPC Central Committee (2024) *Communiqué of the Third Plenary Session of the 20th Central Committee of the Communist Party of China Adopted at the Third Plenary Session of the 20th Central Committee of the Communist Party of China on July 18, 2024*.

CPC Central Committee (2024) *Resolution of the Central Committee of the Communist Party of China on Further Deepening Reform Comprehensively to Advance Chinese Modernization (Adopted at the third plenary session of the 20th Central Committee of the Communist Party of China on July 18, 2024)*.

Global Times Editorial (2024) “Third Plenum of the 20th CPC Central Committee has profound significance for both China and the world”.

Huaxia (2024) “20th CPC Central Committee to hold its third plenary session in July”. *Xinhua*.

Kroeber, Arthur R. (2024) “Unleashing “new quality productive forces”: China’s strategy for technology-led growth”, *in: Brookings*.

Li Dongfang, Chen Yinchang (2021) *What kind of party is the CPC?* China Intercontinental Press.

Mark, Jeremy (2024) “What to expect at the Chinese Communist Party’s most important meeting of the year”. *New Atlanticist*, 5 de junho de 2024.

The Press Office, International Department of CPC Central Committee (2024) *Illustrated Guide To The Third Plenary Session Of The 20th CPC Central Committee*.

Toledo, Demétrio G. C. de (2019) “Aspectos históricos e conceituais da dependência tecnológica da América Latina sob o novo neocolonialismo”. *Oikos*, volume 18, n. 3.

Wang Cong (2024) “Third plenum draws up sweeping reform blueprint to advance Chinese modernization”. *Global Times*, 18 de julho de 2024.

Xi Jinping (2024) *Explanation of the Resolution of the Central Committee of the Communist Party of China on Further Deepening Reform Comprehensively to Advance Chinese Modernization*.

Zhang Rongchen (2021) *How the CPC organizes itself: an introduction to CPC organizations*. China Intercontinental Press.

Sistema de Plano Nacional da China, lógica evolutiva e implementação

HUANG ZHENGXUE

Instituto de Pesquisa Macroeconômica da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma

Planejamento é uma ferramenta importante do Partido para a governança do país. Desde a fundação da Nova China, o país desenvolveu, no decorrer dos anos, um sistema de planejamento nacional que funciona como plano mestre; tendo o plano espacial como base, e os planos regional e temáticos como pilares, o sistema de planejamento nacional promove as estratégias de desenvolvimento.

A partir da nova era, o sistema de planejamento se aprimorou rapidamente, a importância do planejamento ficou mais evidente, a coordenação do planejamento mais eficiente e começa a aparecer a integração do planejamento, o que fortalece a implementação de estratégias nacionais. A Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh destacou mais uma vez a função de direcionador de estratégia do planejamento da governança macroeconômica. Entretanto, a evolução do sistema de planejamento não é um processo que ocorre da noite para o dia, mas, sim, um processo de aprofundamento gradual. Em linhas gerais, podemos dividi-lo em três fases.

Sistema de planejamento em sua fase inicial

Após a fundação da Nova China, o país se baseou na experiência da antiga União Soviética e começou, em 1953, a elaborar planos quinquenais. Cinco planos quinquenais foram elaborados antes da reforma e abertura da China, mas somente o 1º Plano Quinquenal foi elaborado de forma mais organizada e implementado de forma mais eficaz, quatro planos quinquenais não foram formalmente aprovados pelo Congresso Nacional, e os resultados de sua implementação não foram satisfatórios.

No período do 1º Plano Quinquenal, a fim de organizar 156 projetos industriais importantes, o Estado iniciou o planejamento urbano piloto em uma dúzia de cidades chinesas, concentrando-se na organização espacial do *layout* produtivo. Durante esse período, a relação entre o plano de desenvolvimento e o planejamento urbano era relativamente clara, ou seja, planos de desenvolvimento se concentravam no planejamento “do que fazer”, enquanto o planejamento urbano focava em “onde fazer”.

Após a reforma e a abertura do país, o Estado passou a dar mais atenção à elaboração de plano de desenvolvimento. O foco dos programas mudou da economia puramente para economia e sociedade. A partir do 6º Plano Quinquenal, os planos econômicos tornaram-se planos de desenvolvimento econômico e social. O estabelecimento de vários tipos de sistemas de planejamento para resolver o problema de “o que fazer” também foi acelerado. Ao mesmo tempo, o planejamento urbano e os sistemas de planejamento do uso da terra começaram a ser estabelecidos gradualmente. O 7º Plano Quinquenal reduziu o escopo das metas diretas e expandiu o escopo das metas orientadoras. Tomando a reforma como um avanço, enfatizou a reforma institucional e o ajuste da economia superaquecida. Foi restabelecido o procedimento de aprovação do planejamento pelo Partido no lugar do Congresso. No 8º Plano Quinquenal, a Sessão Plenária do Comitê Central recomendou que a palavra “perfil” fosse acrescentada ao nome do texto oficial. O 9º Plano Quinquenal foi o primeiro plano

após o estabelecimento da reforma do sistema socialista de economia de mercado, e a ênfase recai sobre aspectos macro, estratégico e político, e dá destaque para indicadores previsíveis e orientadores. No 10º Plano Quinquenal, o valor da produção dos principais produtos industriais e agrícolas foi abolido, marcando uma mudança substancial na natureza e na função do plano quinquenal.

Durante esse período, o plano de desenvolvimento, o planejamento urbano, a implementação do *layout* produtivo, o planejamento do uso da terra e outros planejamentos espaciais para grandes projetos não recebem atenção suficiente, a relação entre eles não fica clara, a correlação é fraca, o sistema de planejamento não tem integração e o resultado deixa a desejar.

Fase inicial da elaboração do sistema de planejamento de desenvolvimento

Com o aprofundamento gradual da reforma do sistema econômico de mercado socialista, ajustes na gestão da economia pelo governo se tornam necessários. O sistema de planejamento, que é uma parte importante do trabalho do governo, passa, assim, por grandes mudanças. Durante o período do 11º Plano Quinquenal, pela primeira vez, o termo “plano” foi alterado para “planejamento” e, ao mesmo tempo, os principais indicadores de desenvolvimento econômico e social foram divididos em indicadores esperados e obrigatórios. Os indicadores esperados são metas de desenvolvimento que o governo estabelece para orientar a sociedade e conta principalmente com a dinâmica dos participantes do mercado; os indicadores obrigatórios são exigências do governo em relação aos departamentos de interesse público, como serviços públicos básicos e proteção ambiental, e a garantia para atingir a meta se faz por meio da alocação racional de recursos públicos e administração pública eficiente. Esclarecer a natureza dos dois tipos de indicadores é de suma importância para delimitar governo e mercado e fortalecer as responsabilidades do governo nas áreas de serviços públicos e meio ambiente.

O 12º Plano Quinquenal prioriza grandes obras e projetos, e políticas de apoio ao desenvolvimento econômico, o plano é apresentado em forma de figuras e colunas, o documento tem um texto mais longo. O 13º Plano Quinquenal usa o conceito dos “cinco grandes” para interligar a estrutura do documento. Essa é a relevância de ficar em frente ao mapa-múndi para formular o plano quinquenal. O 14º Plano Quinquenal adota conceito de três novidades (novo estágio de desenvolvimento, novo conceito de desenvolvimento, novo padrão de desenvolvimento) e um conceito de alta qualidade (desenvolvimento de alta qualidade) na estrutura do texto. O plano se baseia em 102 grandes projetos, exige bons mecanismos de inovação científica e tecnológica e projetos de modernização de manufatura, cronogramas claros e planos de construção para grandes projetos de infraestrutura e indicadores detalhados para grandes projetos no campo de bem-estar da população. Ao mesmo tempo, deixa claro que “os projetos devem obedecer ao planejamento e os recursos devem atender os projetos”, e que, em relação aos grandes projetos, a prioridade deve ser dada ao planejamento, à localização geográfica, ao provisionamento de terras e ao financiamento.

No entanto, como o planejamento foi sendo entendido como um “quarto poder”, a gestão caiu no dilema da fragmentação, com dificuldade em se criar um sistema de planejamento eficaz. Para promover a sistematização, a padronização e a institucionalização do planejamento do desenvolvimento, em 2005, o Conselho de Estado publicou as Opiniões sobre o Fortalecimento da Elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (Lei Nacional Nº 33), que deixaram claro que o planejamento do desenvolvimento consiste em “três níveis e três categorias”. Os três níveis são nacional, provincial e municipal. As três categorias são planejamento geral, específico e regional. Ao mesmo tempo, o Conselho de Estado publicou o artigo 33, referente à elaboração, articulação, aprovação e gestão do plano de desenvolvimento, e avaliação e ajuste das disposições principais. Em particular, a avaliação intermediária que começou no 11º

Plano Quinquenal não só reservou um espaço para o reajustar do planejamento, mas também fortaleceu a preparação do plano quinquenal seguinte. O estabelecimento do sistema de avaliação e ajuste de médio prazo melhorou a implementação do plano.

Fase de aprimoramento acelerado do sistema de planejamento

Embora o relatório do 17º Congresso Nacional do PCCh já propusesse o aprimoramento do planejamento nacional, a questão de “onde fazer” permaneceu sem solução devido à ausência de plano territorial de longo prazo. Somente após o relatório do 19º Congresso Nacional do PCCh exigir explicitamente “inovação e melhoria da regulamentação e do controle macroeconômico, plano de desenvolvimento nacional exercer papel de guia estratégico e aprimoramento do mecanismo de coordenação das políticas fiscais, monetárias, industriais, regionais e outras políticas econômicas”, o estabelecimento de um sistema de planejamento nacional foi novamente colocado em pauta. Em novembro de 2018, o Conselho de Estado publica *Opiniões sobre melhor desempenho do papel orientador estratégico do Sistema Unificado de Planejamento* (Zhongfa, 2018, N.º 44), que estabelece o sistema de plano nacional como plano mestre, cuja base é o planejamento territorial, e os pilares são o planejamento regional e temático; onde os níveis nacional, provincial e municipal trabalham em conjunto, com responsabilidades precisas, interfaces claras, funções complementares e articulação unificada. O documento define a função de vários planos, coordenação da gestão, padronização da formulação, fortalecimento da integração de políticas e aprimoramento dos mecanismos de implementação. A Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China reiterou os resultados da reforma do sistema de planos, exigindo que “o sistema de planejamento do desenvolvimento econômico e social nacional seja aprimorado, o mecanismo de planejamento e implementação seja fortalecido, o papel do planejamento do desenvolvimento nacional como guia estratégico seja colocado em prática,

o papel fundamental do planejamento territorial seja fortalecido e a implementação do planejamento temático e regional seja aprimorado e apoiado”. Também deixa claro que o sistema de participação de especialistas na tomada de decisões públicas deve ser aprimorado e que “as políticas fiscais, monetárias, industriais, de preços, de emprego e outras devem apresentar maior integração na implementação, de modo a otimizar a alocação de vários tipos de recursos incrementais e a reestruturação de estoques”, e assim aumentar a consistência das orientações da política macroeconômica.

O país conseguiu estabelecer, até o momento, um conjunto relativamente completo de procedimentos, que inclui pesquisa preliminar, formulação de ideias (pesquisa, seminários e formação de comitês de especialistas), arcabouço de tarefas centrais (avaliação resumida do plano quinquenal anterior, medição de indicadores e visitas a organizações de pesquisa), elaboração do documento *Sugestões para o XX Plano Quinquenal para o desenvolvimento da economia e sociedade formulado pelo Comitê Central do Partido Comunista da China*, compilação do plano preliminar (estabelecimento de um grupo de liderança e de uma equipe de trabalho, discussão e revisão), audiências (do público, de especialistas, de departamentos e localidades relevantes), integração do planejamento (metas, grandes projetos e arranjos de investimento), aprovação pelo Congresso, divulgação pública. Um procedimento relativamente completo desde a proposta do Partido até a formulação do governo e a análise pelo Congresso Nacional do Povo.

Quatro mecanismos foram estabelecidos para garantir a implementação do plano. Primeiro: mecanismo de coordenação. Foi criado um mecanismo para coordenar o planejamento do desenvolvimento, o planejamento temático, os planos de ação e os programas anuais, de modo que os principais projetos, reformas e políticas no planejamento do desenvolvimento sejam implementados de forma coordenada. Em segundo lugar, mecanismo de implementação. Realiza-se o monitoramento dinâmico, a avaliação intermediária e a avaliação final da implementação do plano. Atribui responsabilidade aos principais

órgãos na implementação, fortalece-se a supervisão e auditoria por parte das autoridades, aplica-se o ajuste dinâmico do plano conforme os pré-requisitos e procedimentos estabelecidos caso necessário, de modo a garantir que a situação real corresponda ao plano. Terceiro, integração das políticas. Seguir na direção do planejamento, da garantia financeira, do apoio financeiro e integração de outras políticas e esforço de criação de um mecanismo de alinhamento do planejamento com a macro política. De acordo com os objetivos e tarefas do planejamento, em consonância com a situação do desenvolvimento econômico, determinar a orientação da macropolítica. Garantir que as finanças públicas obedeçam e sirvam às políticas públicas, aumentar a segurança financeira das principais tarefas estratégicas nacionais e fortalecer o planejamento financeiro de médio prazo e o orçamento anual, os planos de investimento do governo e a implementação desse plano.

Quarto, mecanismo de participação pública. Orientar a participação de pessoas de todos os grupos étnicos em todo o país na implementação do plano, aproveitar ao máximo o entusiasmo, a iniciativa e a criatividade de todos os níveis de governo e de todos os setores da sociedade, respeitar o espírito de iniciativa em nível de base, reunir a força e a sabedoria do povo e criar um ambiente animado de esforço coletivo para construir e compartilhar juntos.

O 14º Plano Quinquenal da China (2021-2025) e o Brasil

ANA TEREZA LOPES MARRA DE SOUSA

Professora da Universidade Federal do ABC no Bacharelado de Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (ana.tereza@ufabc.edu.br).

Introdução

Desde 1953, a China tem elaborado constantemente Planos Quinquenais (PQ) visando orientar o desenvolvimento econômico e social do país. Por meio dos PQ, estabelece-se objetivos, diretrizes, políticas prioritárias e metas para o próximo período de cinco anos que vão orientar o governo chinês, em todos os níveis, em suas ações. Atualmente, vive-se a vigência do 14º PQ chinês, para o período 2021-2025, cuja nomenclatura oficial é “14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social e Objetivos de Longo-Prazo para 2035”. Neste texto, vamos explorar pontos de destaque do 14º PQ e abordar, do ponto de vista brasileiro, as possibilidades decorrentes para as relações Brasil-China.

Destaca-se que, ao longo das últimas décadas, cresceu a curiosidade externa sobre os PQ chineses. Primeiro, isso foi devido à ascensão chinesa e ao peso que o país passou a ter para a economia e política mundial. Os PQ, como indicativos de quais serão as principais polí-

ticas a serem adotadas pela China para o seu crescimento no médio prazo, bem como esclarecedores de ênfases e metas econômicas e sociais, contribuem para que os outros países possam compreender quais serão as oportunidades e os desafios que terão nas relações com a China. Segundo, os PQ chamam atenção enquanto instrumentos de planejamento, pela capacidade do Partido Comunista da China (PCCh) e do Estado chinês de proporem e implementarem um plano da envergadura dos PQ em um país do tamanho e da complexidade da China.

Em reunião realizada na sede da Fundação Perseu Abramo (FPA) no dia 15 de agosto de 2024, Huang Zhengxue, diretor do Gabinete de Desenvolvimento Fundiário do Instituto de Desenvolvimento Fundiário e Economia Regional da Academia de Macroeconomia da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, fez uma apresentação expondo as metas do atual PQ. O texto que apresentamos aqui resulta das discussões e *insights* causados pela reunião. Na primeira parte, abordamos aspectos do 14º PQ. Longe de esgotar o que foi o plano, apenas contextualizamos o documento e algumas de suas metas para, em seguida, na segunda parte, pontuar duas dimensões que, da nossa perspectiva, se destacam para o Brasil: o PQ enquanto incentivo para o estabelecimento de planos de longo e médio prazo, e o PQ como parâmetro para elevar as qualidades das relações sino-brasileiras.

Contextualização do 14º Plano Quinquenal da China

O “14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social e Objetivos de Longo-Prazo para 2035” foi aprovado em 2020 pela Quinta Sessão Plenária do 19º Comitê Central do PCCh e, posteriormente, pelas “Duas Sessões” da Assembleia Nacional Popular em março de 2021. O documento foi constituído por 65 artigos divididos em 19 partes, versando sobre os mais diversos temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social, visando “esclarecer as intenções estratégicas nacionais, deixar claro o foco do trabalho governamental,

e orientar e padronizar o comportamento das entidades de mercado” na China (*Outline*, 2021, p.1, tradução nossa).

Em termos do contexto doméstico da China, o 14º PQ foi o primeiro plano realizado depois que o país alcançou o objetivo de estabelecer uma sociedade moderadamente próspera no início de 2021, quando se anunciou o fim da pobreza extrema com a retirada, ao longo das últimas quatro décadas, de cerca de 800 milhões de chineses da miséria. O estabelecimento de uma sociedade moderadamente próspera foi o primeiro objetivo centenário – em referência ao aniversário de 100 anos de criação do PCCh, completados em 2021 – que a China alcançou. O próximo objetivo centenário a ser alcançado será em 2049 (no aniversário de 100 anos da revolução comunista), quando a China deverá completar o seu “rejuvenescimento nacional”, se tornando um país socialista forte e rico.

Foi pensando nesse segundo objetivo centenário que o 14º PQ não se ateve apenas a ser um plano para cinco anos, mas também estabeleceu objetivos de longo-prazo, para 2035, que é uma data intermediária entre 2021 e 2049. Apesar de o primeiro objetivo centenário ter sido alcançado e de a China ainda considerar estar aberta uma janela de oportunidades estratégicas para os próximos períodos, reconheceu-se o difícil cenário do momento, atravessado (naquele ano de 2021, ainda mais) pelas políticas de mitigação à COVID-19, pelas dificuldades de recuperação econômica e pelo “novo normal” de índices mais modestos de crescimento. Internacionalmente, a competição acirrada com os EUA, com políticas unilaterais visando barrar o desenvolvimento chinês, e a instabilidade causada nas cadeias globais de valores foram entendidos como ameaças.

Tendo como uma das finalidades principais promover o aumento do bem-estar ao povo e aproximar-se do “sonho chinês”, assim, o 14º PQ foi concebido para promover um novo nível de desenvolvimento da China, mas adaptado às condições do momento. A meta de crescimento do PIB não foi nominalmente estabelecida, com o foco migrando da quantidade para a qualidade do crescimento. Melhorar

a capacidade para inovação foi considerado um dos elementos mais importantes do plano como meio para provocar o avanço da base industrial e da cadeia produtiva do país, assim estabeleceu-se que “os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) da sociedade como um todo” aumentariam em mais de 7% anualmente (*Outline*, 2021, p.8, tradução nossa). O quadro 1, abaixo, destaca algumas metas do 14º PQ.

Quadro 1

METAS DESTACADAS DO 14º PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025)

PIB: sem meta quantitativa de crescimento, espera-se que seja alto, mas adaptado às condições do momento

Crescimento da produtividade do trabalho: maior que o crescimento do PIB

Crescimento da renda per capita: adequada ao crescimento do PIB

Crescimento do gasto em P&D anual: maior que 7%

Redução do consumo de energia (por unidade do PIB): -13,5%

Redução da emissão de CO₂ (por unidade do PIB): -18%

Aumento da capacidade geral de produção de grãos (650 milhões de toneladas/ano) e produção energética (maior que 4,6 toneladas/ano em equivalência por tonelada de carvão)

Fonte: Elaboração da autora a partir de Outline (2021, p. 10/11)

Uma das ideias fortes que perpassou todo o plano foi a busca pela autossuficiência. A percepção de um cenário externo mais hostil realçou a importância de buscar menor dependência do estrangeiro para a segurança alimentar, energética e tecnológica (d’Almeida *et al.*, 2021). Nisso, novamente, a inovação seria o elemento que possibilitaria o país avançar, com foco em setores como o de circuitos integrados e semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia, genoma e saúde, exploração espacial, polar e marítima profunda. Com isso, o país avançaria no desenvolvimento de novos materiais e aplicações que

poderiam aprimorar processos, como a manufatura inteligente, e produtos e serviços.

Apesar da busca pela autossuficiência, o PQ esclareceu que a China continuaria com sua política de abertura ao mundo exterior, contudo a partir de uma estratégia de “circulação dual”, que buscava aumentar a importância do consumo doméstico, que deveria se tornar cada vez mais sofisticado, somado à circulação externa. Expondo mais o seu mercado consumidor ao exterior, ao mesmo tempo que aumentava também a qualidade doméstica do consumo, deveriam ser abertas novas oportunidades de relações econômicas internacionais do mundo com a China.

Outro destaque do PQ foi o foco na sustentabilidade, havendo preocupações em promover o crescimento econômico, mas de forma equilibrada com a preservação ambiental. Apesar de alguns analistas terem considerado que as metas ambientais do plano não eram ambiciosas (em especial porque manteve ainda um alto consumo de carvão), o plano visou orientar para uma melhoria da eficiência energética da China, com impulso para o desenvolvimento de fontes de baixo carbono (Ungaretti, 2021).

Por fim, o último elemento que pretendemos destacar – sem a pretensão de esgotar todas as dimensões do PQ – são as orientações gerais para as relações internacionais do país. Reafirmou-se a ênfase em promover a ascensão da China a partir do desenvolvimento pacífico, com aumento da integração econômica do país no mundo, fortalecimento do seu *soft power*, e crescente participação em organismos e na estruturação de regras e normas internacionais, contribuindo-se para a formatação de uma ordem multipolar.

E o Brasil com isso?

Quando se lê, a partir do Brasil, o PQ chinês, há pelo menos duas dimensões que se destacam. A primeira é a capacidade de planejamento e implementação de um plano da envergadura do PQ. A China é um país com dimensões gigantes, possui cerca de 9.596.961 km², sendo o

terceiro maior país do mundo em extensão geográfica, e 1,4 bilhões de habitantes (18% da população mundial). Politicamente, possui distintos níveis de governo além do central, abarcando o nível das regiões provinciais (que inclui províncias, cidades-municípios, regiões autônomas e regiões administrativas especiais), de prefeituras, de distritos e de vilas. Há ainda diferenças regionais que incluem desde disparidades no grau de desenvolvimento socioeconômico até questões culturais e linguísticas. Apesar de serem complicadores, contudo, esses elementos não têm inviabilizado a construção e implementação dos PQ. Para isso, a estrutura construída pelo PCCh tem papel central.

A constituição chinesa estabelece, no seu artigo terceiro, que a “divisão de funções e poderes entre as instituições do estado central e locais devem honrar o princípio de dar pleno desempenho à iniciativa e motivação das autoridades locais, sob a liderança unificada das autoridades centrais” (*Constitution*, 2019, s.p, tradução nossa). Assim, o centralismo é um dos princípios a guiar as instituições do Estado, ao mesmo tempo em que se busca dar também importante papel para autoridades locais. Conforme exposto por Huang Zhengxue, as discussões sobre o plano quinquenal observam a participação de todos os níveis de governo e congressos do povo. Uma vez estabelecido o PQ, há uma coordenação entre o governo central, em especial seus ministérios, e os níveis locais para implementação das diretrizes e ações de cumprimento do plano, bem como para controle e monitoramento das metas.

Como todos/as sabemos, no Brasil, há muitas dificuldades de planejamento de políticas públicas, bem como de implementação e execução. O país possui condições políticas, econômicas e sociais bastante distintas da China. A estrutura do Estado e de distribuição de competências entre os entes federativos, o modo de produção adotado, o regime político, a relação entre os partidos políticos e o grau de controle do governo sobre índices econômicos (como juros e câmbio, por exemplo), dentre outros aspectos, são diferenças a

serem apontadas. Na China, o PCCh foi capaz (por meio de um processo histórico que envolveu lutas, acertos e erros no quadro de uma revolução comunista e implementação de um Estado Socialista) de estabelecer um interesse de longo prazo, voltado ao desenvolvimento autônomo da China, que direciona o governo, mas não só ele: como se pode deduzir do 14^a PQ, o objetivo também tem sido “orientar e padronizar o comportamento das entidades de mercado” (*Outline*, 2021, p.1, tradução nossa).

Enquanto isso, no Brasil, a necessidade de se estabelecer no país uma política desenvolvimentista (versus apenas explorar as vantagens comparativas) e de aprimorar o acompanhamento político sobre variáveis essenciais para o desenvolvimento econômico (como juros e câmbio) ainda é uma batalha que está sendo travada, em meio aos retrocessos causados por políticas ultraliberais praticadas na década de 1990 e, particularmente, desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Com a volta do presidente Lula ao poder, desde 2023, tem-se tentado novos planos para o desenvolvimento nacional, dos quais é exemplo o Nova Indústria Brasil (NIB) e o Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Embora uma experiência como a dos planos quinquenais chineses seja irreproduzível no Brasil, dadas as distintas condições, o que a experiência chinesa mostra – e daí que iniciativas como essa da FPA e do Partido dos Trabalhadores (PT) de receber especialistas chineses para conversas são essenciais – é que manter uma posição política de planejamento e de insistência em seguir uma orientação de desenvolvimento de médio e longo prazo tem sido um aspecto essencial para que a China pudesse avançar na superação de sua condição periférica.

E é desejável que essa orientação de médio e longo prazo para o Brasil ocorra em distintas esferas, inclusive nas relações internacionais com a China. A segunda dimensão que se destaca quando analisamos o 14^o PQ são as oportunidades e desafios que ele abriu para as relações sino-brasileiras. De um lado, as afirmações chinesas sobre a ordem internacional – a perspectiva de construção de um

mundo multipolar, a orientação da ação para questões relacionadas ao desenvolvimento, e a busca pelo fortalecimento de instituições e regras definidas de maneira multilateral – podem ser considerados elementos que condizem com os interesses do Brasil em sua inserção internacional. Assim, há espaço (que já vem sendo explorado pelo governo Lula, inclusive¹) para aumento da cooperação dos países de forma a se explorar as relações bilaterais e outros mecanismos conjuntos, como o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, como estratégicos para a multipolaridade e os interesses nacionais de cada um.

Por outro lado, há possibilidades que foram abertas pelo PQ e não foram ainda suficientemente bem aproveitadas pelo Brasil. A estratégia de “circulação dual” e crescimento (com qualidade mais do que quantidade) chinesa, voltada para o aumento do consumo interno chinês, bem como o foco em potencializar a segurança energética, alimentar e tecnológica chinesa, até o momento, foram mais bem aproveitadas dentro da estrutura que já estava dada nas relações atuais (a partir das exportações brasileiras de commodities agroalimentares e energéticas à China).

No carrossel das relações econômicas internacionais chinesas, apesar de o Brasil ser hoje um dos países no mundo que possui o maior superávit comercial com a China, continua-se exercendo o papel de fornecedor de bens de baixo valor agregado, e de receptor de capitais chineses que têm chegado ao país mais concentrados em alguns setores específicos (em especial o de energia) e, ainda, quando nos setores industriais, que mantêm na China as etapas produtivas e tecnológicas mais valiosas. Nesse tipo de formato atual das relações, o Brasil terá poucas condições de aproveitar as oportunidades aber-

1. Durante a viagem de Lula à China em abril de 2023, os países assinaram um memorando sobre desenvolvimento rural e combate à fome e à pobreza, no qual se afirmou que visariam trabalhar em conjunto para desenvolver uma aliança global contra a fome e a pobreza extrema, e coordenariam suas posições e se apoiariam em fóruns multilaterais. Ainda, na questão ambiental, fizeram a “Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima”, na qual afirmaram que iriam aprofundar a cooperação sobre o clima.

tas pelos PQ chineses para modernizar sua própria economia. E se as relações continuarem apenas na dinâmica de aproveitamento dos oportunismos econômicos (seja da parte de brasileiros, seja de chineses), é provável que esse formato se aprofunde.

Durante as conversas com os especialistas chineses, questionamos se a China estaria disposta a ajudar a promover um outro tipo de relação – qualitativamente melhor – para Brasil e China, inclusive dentro de um quadro de reflexões sobre a possível participação do Brasil na Iniciativa Cinturão e Rota (ICR). Considerando que, agora, durante o novo governo Lula, tem havido uma clara expectativa de que a China possa contribuir para o plano de reindustrialização e de melhoramento da infraestrutura nacional e que, sobretudo, investimentos chineses têm sido anunciados a partir dessa “marca” (como por exemplo, os realizados pela BYD na Bahia), questionamos sobre a possibilidade de a “política” tomar a frente como orientadora de projetos chineses no Brasil.

Na resposta a esse questionamento, por um lado, os/as especialistas chineses que estavam presentes na mesa – nas falas de Huang Zhengxue, Zhao Lei² e Rao Huihua³ – destacaram, cada um a seu modo, que a China tem como parâmetro de suas relações internacionais o fortalecimento dos países em desenvolvimento, e que Brasil e China têm uma parceria promissora, assentindo, em alguma medida positivamente, para a ideia de que há espaço político para repensar a qualidade das relações Brasil-China.

Por outro lado, Rao, que foi a chefe da delegação chinesa na visita ao Brasil, pontuou que o PQ é um planejamento da China que visa principalmente – como obviamente se supõe – planejar a China (e não suas relações com outros países). Ao reforçar que a função do PQ era planejar a própria China, ficou implícito que a China está aberta a uma reatuação com o Brasil, mas que o Brasil deveria, tam-

2. Vice-presidente do Instituto de Estratégia Internacional da Escola Central do PCCh.

3. Presidenta do Centro de Intercâmbio Internacional do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh.

bém, ser capaz de estruturar algum plano interno de desenvolvimento mais sólido, sobre o qual pudesse se desenrolar suas relações internacionais, inclusive com a China.

Desse modo, percebe-se que, em um ano no qual Brasil e China completam 50 anos de restabelecimento das relações diplomáticas (efetuadas em 1974), e em que um novo PQ vem sendo elaborado na China, a capacidade do novo governo Lula de mobilizar interesses desenvolvimentistas, pautados na reindustrialização e desenvolvimento da infraestrutura nacional, em especial nas relações com a China, será essencial para promover uma melhora da qualidade das relações bilaterais.

Referências

Constitution of the People's Republic of China (2019).

https://english.www.gov.cn/archive/lawsregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html

d'Almeida, C. G. R; Ortiz, M. E. R; Andrade, O; Sá, R. M. R. (2021). 14º Plano Quinquenal da China e quais as implicações para a América Latina e o Brasil? *BPC Policy Brief*. V.11 N.6. Junho / Julho 2021. Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center.

<https://bricspolicycenter.org/publications/14o-plano-quinquenal-da-china-e-quais-as-implicacoes-para-a-america-latina-e-o-brasil/>

Outline of the People's Republic of China 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035 (2021).

https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0284_14th_Five_Year_Plan_EN.pdf

Promovendo a abertura de alto nível através do desenvolvimento conjunto e de alta qualidade da Iniciativa Cinturão e Rota

ZHAO LEI

Vice-presidente do Instituto de Estratégia Internacional da Escola Central do PCCh

Abertura é a marca distintiva da modernização de estilo chinês de alto nível. Essa abertura para o mundo deve ser direcionada para impulsionar reformas profundas e desenvolvimento de alta qualidade. Ao entrar na nova era, o desenvolvimento de alta qualidade da Iniciativa Cinturão e Rota tem se tornado, gradualmente, o plano mestre da abertura da China para o mundo e a marca distintiva da abertura de alto nível. Adotada na Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central (CC) do Partido Comunista da China (PCCh), a decisão de aprofundar ainda mais a reforma e promover a modernização da China explicita a construção do Cinturão e Rota como uma iniciativa importante para aprimorar o mecanismo institucional de abertura para o mundo exterior em alto nível.

Aumentar a capacidade de abertura sistêmica por meio do desenvolvimento de alta qualidade do “Cinturão e Rota”

Abertura institucional é a direção do esforço e o principal indicador de alto nível de abertura. Em dezembro de 2018, a reunião de trabalho do grupo de economia do Governo Central propôs, pela primeira vez, “mudança da abertura do tipo fluxo de mercadorias e fatores de produção para a abertura baseada em sistemas, como regras”. A abertura do tipo fluxo de fatores inclui tanto os fatores de produção tradicionais, como capital, mercadorias e serviços, quanto os novos tipos de fatores de produção, como tecnologia e dados. Em novembro de 2021, a Resolução do CC do PCCh sobre as conquistas significativas e experiências históricas da luta de 100 anos do Partido indicou que “promoverá a abertura do tipo sistema, como regras, regulamentos, gerenciamento e padrões, para formar um escopo maior e um campo mais amplo, um nível mais profundo de abertura para o mundo, construir um sistema econômico aberto mutuamente benéfico, vantajoso para as partes, diversificado e equilibrado, seguro e eficiente, e aprimorar continuamente as novas vantagens da China na cooperação e concorrência econômica internacional”.

A crescente e firme abertura sistêmica exige um alinhamento ativo com as regras econômicas e comerciais internacionais de alto padrão, exige compatibilidade de regras, regulamentações, gestões e padrões em áreas tais quais proteção dos direitos de propriedade, subsídios industriais, meio ambiente, proteção ao trabalhador, compras governamentais, comércio eletrônico, finanças etc. A decisão da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh destacou a implementação contínua do Plano de Ação do Cinturão e Rota em Ciência, Tecnologia e Inovação e o fortalecimento de plataformas de cooperação multilateral nas áreas de desenvolvimento verde, economia digital, inteligência artificial, energia, tributação, finanças e mitigação de desastres, como também a necessidade de fortalecer a construção institucional ao mesmo tempo em que se constroem

as plataformas, de modo a criar um ambiente institucional transparente, estável e previsível para formação de um multilateralismo internacional caracterizado por negócios comuns, construção conjunta e compartilhamento. A Iniciativa Cinturão e Rota não deve apenas ter a capacidade de *hard connection*, mas também dedicar esforços para criar *soft connection*, como regras, regulamentos, gestões e padrões.

Na arena multilateral, é necessário proteger o sistema de comércio multilateral com a Organização Mundial do Comércio no centro, participar ativamente da reforma do sistema de governança econômica global e fornecer bens públicos globais de maior qualidade. Também é necessário expandir a rede global de zonas de livre comércio de alto padrão, estabelecer um mecanismo de padronização que seja consistente com as regras internacionalmente aceitas e otimizar o ambiente de abertura e cooperação. Atualmente, sob a estrutura do Cinturão e Rota, a Feira Internacional de Importação, a *Global Digital Trade Expo* e a *International Consumer Goods Expo* se tornaram bens públicos internacionais populares.

Otimização da abertura regional com o desenvolvimento conjunto e de alta qualidade do Cinturão e Rota

É preciso que a abertura de alto nível para o mundo proporcione a conexão das províncias chinesas e de suas várias regiões, fazendo que o ponto final da reforma seja o ponto inicial de abertura para o mundo na nova era. É necessário ativar, efetivamente, o ciclo da demanda doméstica, consolidar a posição pioneira de abertura das áreas costeiras do leste da China, elevar o nível de abertura nas regiões central, ocidental e nordeste e acelerar a formação de uma abertura ampla que conecte o interior com a costa, e a China com o exterior. Aproveitar ao máximo as vantagens do litoral, fronteiras, rios e principais rotas de transporte. Otimizar a divisão das funções de abertura regional e criar pontos altos e diversificados de abertura. Implementar a estratégia de aprimoramento das zonas piloto de

comércio livre e incentivar a inovação e desenvolvimento integrado. Aproveitar as vantagens do sistema “um país, dois sistemas” e consolidar Hong Kong como centro financeiro, logístico e de comércio internacional, apoiar Hong Kong e Macau a se transformar em uma região de alta densidade de talentos internacionais, e aprimorar o mecanismo para que Hong Kong e Macau desempenhem um papel melhor na abertura do país para o mundo. Aprimorar o sistema e as políticas para promover o intercâmbio e a cooperação econômica e cultural entre China e Taiwan, aprofundar a integração e o desenvolvimento entre os dois lados do estreito. Em resumo, a ordem e o vigor do mercado doméstico constituem uma base importante para a atratividade da Iniciativa Cinturão e Rota na comunidade internacional.

No passado, o padrão de abertura das províncias chinesas para o mundo era um típico padrão de abertura “de vizinhança”, ou seja, cooperação com quem estivesse por perto. Atualmente, o modelo de abertura é “orientado por estratégia” e “orientado por demanda”. Muitas províncias e cidades têm seus próprios modelos de abertura, assim, não apenas colhem os benefícios da abertura, mas também beneficiam a estratégia nacional. Na 18ª reunião do Conselho de Chefes de Estado da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), realizada em Qingdao em junho de 2018, a China propôs apoiar a construção da Zona de Demonstração de Cooperação Econômica e Comercial Local China-SCO em Qingdao. Nos últimos seis anos, a Zona de Demonstração da SCO construiu rapidamente quatro centros: logística internacional, comércio moderno, investimento e cooperação bidirecional, turismo corporativo e intercâmbio cultural corporativo, bem como construiu a Academia de Economia e Comércio China-SCO, que injetou um novo impulso no aprofundamento da cooperação pragmática entre os países da SCO. Além disso, a Rota da Seda Aérea Zhengzhou-Luxemburgo e a Zona de Demonstração de Cooperação Econômica e Comercial entre a Chi-

na e os Países da Europa Central e Oriental de Ningbo também foram construídas.

Promover a globalização econômica inclusiva por meio do Cinturão e Rota de alta qualidade

Vivendo grandes mudanças do século, certos países esperam alcançar o desenvolvimento por meio de formas extremamente egoístas, como “desconectar e quebrar a corrente” e “pequenos jardins com muros altos”, o que faz com que a globalização econômica enfrente grandes desafios, enquanto isso, a Iniciativa Cinturão e Rota tem como objetivo aumentar a adesão à cooperação e aumentar a resiliência do desenvolvimento da comunidade internacional por meio da interconexão e da interoperabilidade, e alcançar a multipolaridade mundial igualitária e ordenada e a globalização econômica inclusiva.

Em 14 de maio de 2024, os Estados Unidos divulgaram as ações da revisão quadrienal da Seção 301, referente às tarifas sobre a China, anunciando que, com base no original, aumentariam ainda mais as tarifas sobre as importações da China de veículos elétricos, baterias de lítio, baterias fotovoltaicas, minerais essenciais, semicondutores, bem como aço, alumínio e guindastes portuários, entre outros produtos. A politização, a instrumentalização e a ideologização das questões econômicas e comerciais por parte dos Estados Unidos, no longo prazo, não são apenas prejudiciais às relações entre a China e os Estados Unidos, mas, também, à manutenção de um padrão econômico internacional diversificado e estável nas relações econômicas e comerciais.

Pelo contrário, a Iniciativa Cinturão e Rota não tem o objetivo de dividir o mundo, mas, sim, de permitir que os países trabalhem juntos e aproveitem os pontos fortes de cada um, para que possam enfrentar a tempestade e avançar com firmeza para o futuro.

Desde o trem China-União Europeia ao novo corredor que liga o Oeste da China ao Mar, até a Área da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau e o Porto de Livre Comércio de Hainan; desde as 22 zonas-piloto de livre comércio até os 22 acordos de livre comércio

assinados com 29 países; desde a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura até a adesão ao maior acordo de livre comércio do mundo – a Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership* – RCEP), e ao Acordo de Parceria da Economia Digital (*Digital Economy Partnership Agreement* – DEPA), as práticas de abertura acima ajudaram a promover uma globalização econômica inclusiva.

No futuro, o desenvolvimento do Cinturão e Rota deve impulsionar ainda mais os grandes projetos de referência, como também os belos projetos de pequeno porte que trazem benefícios à população, e, dessa forma, aumentar a disposição dos países em participar da iniciativa e fortalecer a percepção de ganho, felicidade e realização.

A abertura para o mundo em alto nível representa o aumento do raio internacional e o fortalecimento da capacidade de um país em se conectar com o mundo exterior, e a essência da Iniciativa Cinturão e Rota é justamente a conectividade. Nesse momento, Cinturão e Rota está caminhando na direção de uma institucionalização de alto padrão. Sobre esse alicerce, a China participará integralmente da divisão de trabalho e cooperação da cadeia de produção industrial internacional. Fazendo bom uso dos recursos nacional e internacional, o país irá explorar o espaço de desenvolvimento da modernização no estilo chinês.

Relação Brasil-China e a Iniciativa Cinturão e Rota

GIORGIO ROMANO SCHUTTE

Professor associado em Relações Internacionais e Economia Política Mundial, bolsista de produtividade do CNPq, membro fundador da Rede Brasileira de Estudos da China (RBCbina) e do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional (OPEB), colaborador da Fundação Perseu Abramo.

Em primeiro lugar, parabênizo o Dr. Zhao Lei⁴ pela excelente exposição, que demonstrou como a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) é uma expressão, por um lado, do forte crescimento econômico com desenvolvimento social da China e, por outro, da vontade e do compromisso do Partido Comunista Chinês (PCCh) em contribuir para uma nova globalização, mais democrática e inclusiva, que ofereça oportunidades para a superação da pobreza e da desigualdade que imperam no mundo de hoje e são a base de muitas tensões e conflitos.

Sou autor de um livro de referência sobre a dinâmica dos investimentos chineses no Brasil, *Oásis para o Capital – Solo Fértil para a “Corrida de Ouro”*, publicado pela Editora Appris. Além disso, sou membro fundador da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina), criada em 2018 com o objetivo de estimular estudos sobre a China e sua relação com o Brasil. Em outubro do ano passado, rea-

4. Vice-presidente do Instituto de Estratégia Internacional da Escola Central do PCCh.

lizamos o VI Encontro Nacional dessa rede, com o valioso apoio da Fundação Perseu Abramo, entre outros.

Qualquer reflexão sobre a adesão ou não do Brasil à ICR deve levar em consideração a rica trajetória das relações entre o Brasil e a República Popular da China. Seguindo a lógica das apresentações de nossos colegas chineses, vou apresentar essa trajetória em várias fases.

1ª fase: 1974-1993

Em 15 agosto de 1974, durante o governo Geisel, com Azeredo da Silveira como ministro de Relações Exteriores, ocorreu o estabelecimento das relações diplomáticas, seguido, alguns anos depois, pela celebração do primeiro acordo comercial, em 1978.

Havia, de ambos os lados, interesse em explorar o potencial para desenvolver cooperações Sul-Sul, em especial parcerias científicas. Nesse contexto, foi fechado, em 1988, na ocasião da visita do presidente José Sarney à China, um acordo de cooperação para tecnologia espacial que, apesar de altos e baixos, mostrou-se duradouro e mutuamente benéfico: o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS, na sigla em inglês), envolvendo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), pelo lado brasileiro, e a Administração Espacial Nacional da China, pelo lado chinês.

O Brasil enxergava potencial para exportações, principalmente de bens industrializados. Na época, inclusive, a China exportava petróleo para o Brasil e tinha interesse na experiência brasileira de desenvolvimento. A autora Isabella Weber lançou, recentemente, um livro, publicado no Brasil pela Boitempo, intitulado *Como a China Escapou da Terapia de Choque*, no qual menciona esse interesse chinês pela experiência de industrialização brasileira.

Um exemplo concreto foi [a Usina Hidrelétrica de] Itaipu, que gerou conhecimento para a construção da Hidrelétrica de Três Gargantas, na China. Anteontem [15 de agosto de 2024], foi lançado um

livro⁵ organizado por mim e pela professora Ana Tereza, junto com a Embaixada, por ocasião das comemorações dos 50 anos de relações Brasil-China, que inclui um artigo de Aloizio Mercadante relatando o primeiro envolvimento do BNDES com a China, que se deu, justamente, pelo fornecimento de crédito para o financiamento de exportações de serviços de engenharia brasileira para a construção da hidrelétrica na China.

2ª fase: 1993-2004

Em 1993, ambos os países passaram por momentos de inflexão. A China acelerou sua liberalização econômica, tentando recuperar seu prestígio após os acontecimentos na Praça Tiananmen, enquanto o Brasil, sob o governo Itamar Franco, enfrentava os desafios de alta inflação após a era Collor. Por esses e outros motivos, o comércio bilateral havia diminuído e a cooperação estava paralisada. Era preciso buscar uma nova dinâmica. Daí surgiu a Parceria Estratégica, assinada na ocasião da visita do recém-empossado presidente Jiang Zemin ao Brasil, em novembro de 1993, acompanhado de seu vice, Zhu Rongji, conhecido, na época, como o “czar econômico” da China. Assim, o Brasil foi o primeiro país do mundo com o qual a China assinou uma Parceria Estratégica.

Naquele momento, as posições econômicas dos dois países eram semelhantes, com PIBs de valores não muito díspares. No entanto, na mesma década de 1990, o Brasil começou a perder competitividade em sua indústria, enquanto a China avançava na direção oposta. Como consequência, estabeleceu-se uma relação comercial baseada na troca de bens primários por produtos manufaturados, impulsionada pelo crescimento da demanda chinesa por matérias-primas, alimentos e produtos energéticos.

A partir daí, consolidou-se um padrão centro-periferia nas relações comerciais, com duas características constantes:

5. O livro *China e Brasil - 50 anos de amizade e parceria* pode ser acessado no seguinte link https://drive.google.com/file/d/1zreLC_8X8-7OA1jHF0Om9lm-s-WIB9Syl/

1) superávit do lado brasileiro devido à exportação de um volume expressivo e crescente de matérias-primas, que mascarava o déficit, também crescente, em manufaturas;

2) concentração da pauta exportadora em poucos produtos: inicialmente, soja e minério de ferro não processados, aos quais se juntou o petróleo não processado a partir do pré-sal.

3ª fase: 2004-2014

O ano de 2004 marcou o 30º aniversário da retomada das relações diplomáticas entre os dois países, e, nessa ocasião, ocorreu a primeira e histórica visita de Luiz Inácio Lula da Silva à China como presidente do Brasil. Lula havia tomado posse no início do ano anterior. Essa visita expressava, também, uma vontade política mais abrangente de abrir relações com o que hoje é chamado de Sul Global. Vale lembrar que, no plano de governo de 2002, já constava a prioridade de estabelecer relações com China, Índia, Rússia e África do Sul, países com os quais, poucos anos depois, o Brasil fundaria o BRICS.

Durante a visita do presidente Lula, Brasil e China criaram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), voltada para operacionalizar a parceria estratégica estabelecida 11 anos antes. A Cosban, que neste ano comemora 20 anos, é o mais alto mecanismo institucionalizado de interação governamental entre os dois países, expressando a vontade mútua de dar um salto de qualidade nas relações bilaterais.

A missão do presidente foi acompanhada pela “maior missão empresarial brasileira ao exterior jamais registrada”, segundo o Itamaraty. Durante a visita, foi estabelecido também o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com sede no Rio de Janeiro, ao lado do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), que hoje é o mais importante promotor dos interesses empresariais na relação Brasil-China. Em 2004, também houve uma visita oficial de alto nível do Partido dos Trabalhadores (PT) à China, liderada por seu presiden-

te, José Genoïno, na ocasião dos 20 anos de relações políticas com o PCCh.

Até o momento, a Cosban realizou sete Sessões Plenárias, sua instância decisória mais alta, em março de 2006 (Pequim), fevereiro de 2012 (Brasília), novembro de 2013 (Cantão), junho de 2015 (Brasília), maio de 2019 (Pequim), maio de 2022 (virtual) e junho de 2024 (Pequim). Na primeira edição, a Cosban foi estruturada com seis subcomissões, que, com o tempo, se expandiram para 11, refletindo a ampliação para novos domínios de cooperação:

(1) Política; (2) Econômico-Comercial e de Cooperação; (3) Subcomissão de Agricultura; (4) Ciência, Tecnologia e Inovação; (5) Energia e Mineração; (6) Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; (7) Cooperação Espacial; (8) Temas Sanitários e Fitossanitários; (9) Econômico-Financeira; (10) Cultura e Turismo, Esportes; e (11) Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esta última se reuniu pela primeira vez em setembro de 2023, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ou seja, criou-se um arcabouço institucional permanente que o Brasil não possui com nenhum outro país fora do Mercosul. Em 2009, a China se tornou, pela primeira vez, o maior parceiro comercial do Brasil, posição que mantém até hoje, com um crescimento constante do comércio entre os dois países. No mesmo ano, também houve um avanço nas relações políticas internacionais com o estabelecimento do BRICS e a atuação conjunta nas cúpulas do G-20, que também começaram naquele ano.

A partir de 2010, no último ano do [segundo] governo Lula, assistimos à chegada de volumes expressivos de investimentos chineses no Brasil no contexto da política de internacionalização das empresas chinesas, sobretudo estatais, reflexo da diretriz “*Go Global*” estabelecida pelo governo chinês. Durante o governo Dilma, especulou-se que a atração de investimentos chineses ao país poderia ser vista como

um elemento compensatório para o padrão comercial considerado problemático.

No caso dos financiamentos, os principais agentes no Brasil foram o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o China Exim Bank. Segundo a *China-Latin America Finance Database*, essas duas instituições emprestaram US\$ 28,9 bilhões para empresas e projetos no Brasil entre 2005 e 2017, sendo o CDB responsável por 95% desse montante. Além disso, o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund (CLAI Fund) investiu em vários projetos no Brasil, num total de cerca de US\$ 200 milhões, com participações menores, mas importantes para viabilizar algumas aquisições. O fundo também desempenhou um papel importante na concepção do Fundo de Cooperação Brasil-China para a Expansão da Capacidade Produtiva (“Fundo Brasil-China”), assinado pelos governos do Brasil e da China em 2015, com o compromisso de alocação de US\$ 15 bilhões pelo lado chinês e US\$ 5 bilhões pelo lado brasileiro. No entanto, desde então, esse mecanismo não avançou, frustrando expectativas. As razões são diversas: a dificuldade de classificar os projetos de interesse bilateral, deficiências de planejamento e estruturação e, em menor grau, a instabilidade política no Brasil. Apenas pelo nome do Fundo, já seria o caso de retomar e operacionalizar essa iniciativa de expansão da capacidade produtiva.

Por último, houve expectativas quanto ao potencial de financiamento de projetos de infraestrutura pelo Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como “Banco do BRICS”, e pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), ambos com o Brasil como membro fundador.

Ainda no primeiro governo Dilma, em 2011, foi elaborado o Plano Decenal de Cooperação, com o objetivo de sinalizar as áreas prioritárias e os projetos-chave em ciência, tecnologia e inovação; cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos de 2012 a 2021. Em 2012, a Parceria Estratégica evoluiu para uma Parceria Estratégica

Global, e foi criado o Diálogo Estratégico Global Brasil-China, visando à articulação dos países em temas da agenda global.

Nessa época, para os governos de centro-esquerda, a China havia se tornado um “parceiro incontornável” nas discussões sobre a reforma da governança global e das instituições financeiras, embora a China nem sempre tenha apoiado as aspirações brasileiras, como o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Na década de 2000, o interesse acadêmico na China também aumentou. A Universidade de Hubei, em parceria com a Unesp, criou o primeiro Instituto Confúcio no Brasil. Hoje, temos 13, sendo a UFBA o mais recente, inaugurado no ano passado.

4ª fase: 2015-2022

Com a crise política que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as relações internacionais passaram por uma inflexão. Michel Temer, que havia acompanhado a Cosban como vice-presidente, assumiu formalmente a presidência em 31 de agosto de 2016 e, logo em seguida, viajou com José Serra e Renan Calheiros para a China para participar da Cúpula do G20.

O processo de liberalização acabou até favorecendo as exportações chinesas, como no caso das plataformas e equipamentos para a exploração de petróleo, devido ao desmonte da política de conteúdo local promovido pelo governo Temer.

Já no governo Bolsonaro, houve um duplo movimento de distanciamento e continuidade: enquanto, na área política, ocorreu um esfriamento que, em alguns momentos, chegou a ser hostil, na área econômica e comercial, houve consolidação e até expansão.

Foi criado um núcleo dentro do Executivo e do Legislativo para garantir que a sinofobia não prejudicasse os interesses econômicos e financeiros, especialmente de setores que apoiavam o governo. No Ministério da Agricultura, criou-se, literalmente, um Núcleo China, liderado por uma especialista na China com grande articulação com

o agronegócio. Além disso, a Vice-Presidência da República, a área econômica e, no Congresso Nacional, as frentes parlamentares do BRICS e das relações Brasil-China participaram dessa articulação. Fora do governo, houve articulações de organizações como o CEBC e o *CEBRI*.

Em 2018, portanto antes do início do mandato de Jair Bolsonaro, o comércio entre os dois países girava em torno de US\$ 99 bilhões; em 2022, já alcançava US\$ 150 bilhões. Dois exemplos emblemáticos de como as forças econômicas conseguiram blindar seus interesses são: (1) a pressão do Ministério da Agricultura, em 2019, para que o Brasil apoiasse Qu Dongyu, o candidato chinês para comandar a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), em detrimento de um candidato da Geórgia apoiado pelos EUA, que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) queria cancelar; e (2) o caso da Huawei, no qual nem a pressão de Trump sobre Bolsonaro conseguiu barrar a participação da empresa chinesa na implementação do 5G no Brasil.

Ou seja, mesmo nos momentos mais tensos das relações políticas bilaterais, os interesses comerciais e financeiros prevaleceram. De acordo com dados do CEBC, em 2021, o Brasil foi, inclusive, o país que mais recebeu investimentos chineses no mundo, embora o patamar estivesse muito baixo devido à pandemia.

5ª fase: 2023-

Ao retornar à Presidência da República, em 2023, Lula encontrou uma relação comercial em pleno crescimento. As exportações para a China, no valor de US\$ 104 bilhões, superaram a soma das vendas para os Estados Unidos e a União Europeia, que totalizaram US\$ 83 bilhões. A China respondeu por um terço das exportações totais do Brasil e quase dois terços do superávit comercial.

Em 2004, poucos analistas apostavam que, 20 anos depois, nosso comércio com a China passaria de US\$ 9 bilhões para US\$ 157 bilhões. O Brasil se tornou o país com o maior superávit comercial com

a China no mundo, de acordo com os dados da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). No entanto, continua a concentração em três produtos não processados: soja, petróleo e minério de ferro, que representam cerca de 75% do total.

Em termos de investimentos, a China é a quinta principal origem de investimentos no Brasil, e o Brasil está entre os cinco principais destinos dos investimentos chineses no mundo. No entanto, também aqui há uma grande concentração em alguns setores. Dados do Conselho Empresarial Brasil-China, referentes ao período de 2007 a 2022, apontam que os setores de eletricidade (com 45,5%) e petróleo (com 30,4%) absorveram a maior parte dos US\$ 71,6 bilhões que empresas chinesas investiram no Brasil. Isso continua sendo o padrão, embora haja uma diversificação em projetos envolvendo empresas privadas, mas com menor volume de investimentos e muito voltados para o padrão *maquila*, com importação de componentes.

Tivemos a histórica visita do presidente Lula em abril do ano passado, sem dúvida a mais importante visita internacional em seu primeiro ano do terceiro mandato. A cooperação bilateral, tomando em conta as disposições do Plano Estratégico 2022-2031, foi reforçada com 15 novos acordos. E, já na preparação dessa viagem, havia a expectativa de que o Brasil pudesse aderir à ICR, o que, como se sabe, não aconteceu.

Em junho deste ano, foi realizada a VII Sessão Plenária da Cosban em Pequim, com a presença do vice-presidente Alckmin. Entre outros temas, esse encontro abordou o avanço do programa de satélites, agora com o CBERS-5, um satélite geoestacionário meteorológico que será posicionado em uma órbita específica, acompanhando a rotação da Terra. Isso permitirá coletar dados para a previsão do tempo e o monitoramento de eventos climáticos extremos, algo de extrema relevância para o Brasil. Além disso, iniciou-se o desenvolvimento do CBERS-6, dando continuidade ao programa de satélites, que permanece como o carro-chefe da cooperação tecnológica.

Também foram resolvidas algumas pautas do agronegócio, como a abertura do mercado chinês para a noz-pecã e o café, além de 38 novos estabelecimentos brasileiros que ganharam licenças para exportar carnes para a China.

Agora, vários analistas classificam esse novo momento na relação Brasil-China como “retomada”, “renovação” e até uma “refundação” das relações bilaterais. No entanto, insisto na ideia de que devemos aproveitar essa oportunidade para repactuar essa relação. Inclusive, no livro que mencionei, que organizei junto com a professora Ana Tereza e a Embaixada por ocasião dos 50 anos de relações diplomáticas, há um artigo nosso com esse título.

Na área política e na atuação em nível internacional, como no BRICS, no G20, nas questões sobre a guerra na Ucrânia ou o massacre em Gaza, o reencontro entre os dois países foi natural e rápido.

No entanto, a grande questão é que, ao contrário dos dois governos anteriores, este governo quer retomar o projeto de criar uma base industrial-tecnológica endógena, com bases digitais e ecológicas, entendendo isso como uma condição necessária para que o país possa superar sua condição periférica.

Agora, temos vasta literatura e experiência internacional que mostram que a chegada de investimentos, por si só, não garante e até pode desarticular cadeias produtivas existentes.

Um grande investimento de uma empresa do setor elétrico, por exemplo, que traz a torre inteira e não produz nem um fio no país não ajuda a criar capacidade industrial e tecnológica. Nem uma montadora que vem apenas para montar peças importadas no regime SKD ou CKD.

Dito isso, é válido e necessário que o governo Lula aposte nessa repactuação com a China, e vejo quatro argumentos para ser otimista quanto ao avanço dessa ideia:

- ✓ Primeiro, a própria China fez esse movimento de sair da condição periférica ao incorporar com êxito os investimentos estrangeiros em sua estratégia de desenvolvimento. A abertura

para o capital internacional ocorreu, mas dentro de diretrizes estabelecidas pelo próprio país, no caso da China, pelo Partido Comunista Chinês.

- ✓ Segundo, embora a relação comercial e econômica estabelecida entre Brasil e China reflita a lógica centro-periferia, a China não é um país imperialista e deseja ser parte do Sul Global. Portanto, deve entender o desconforto em consolidar uma relação que lembra as relações Norte-Sul.
- ✓ Terceiro, a escalada da rivalidade com os EUA e, em menor intensidade, com a Europa, faz com que, na minha opinião, a China tenha interesse em investir e consolidar uma relação duradoura e equilibrada com a segunda maior economia do hemisfério americano, por motivos geopolíticos.
- ✓ Por último, embora a lógica das empresas chinesas, estatais ou não, seja garantir o máximo retorno sobre seus investimentos, conquistar mercados e garantir acesso a matérias-primas, é fato que há uma certa capacidade de ingerência centralizada por parte do Partido Comunista Chinês, o que pode facilitar uma pactuação com objetivos e metas de médio a longo prazo.

E a ICR?

Quando a iniciativa foi lançada, chamava-se *One Belt, One Road* (OBOR) e se limitava a estabelecer conexões físicas até a Europa e a África. Vários países latino-americanos, de menor porte, ficaram preocupados com a possibilidade de exclusão da cooperação com a China. Em seguida, o nome mudou para *Belt and Road Initiative* (BRI) – em português, Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) – e a iniciativa ganhou uma perspectiva global, incluindo, portanto, a América Latina e o Caribe.

Em 2018, durante a Cúpula China – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a China convidou os países da América Latina a participarem da ICR. O Brasil optou por não aderir à iniciativa, não porque tivesse algum problema com o projeto chinês,

mas porque considerou que não haveria alteração nos custos e benefícios das relações, mesmo se optasse por participar. Apesar de não ter aderido à ICR, pode-se dizer que a forma de atuação e a presença chinesa no país seguem a mesma lógica dos países signatários da ICR, gerando as mesmas oportunidades e desafios.

Até a entrada da Argentina na ICR, em 2022, a situação na América Latina e Caribe (ALC) era a seguinte: 19 países eram membros, e, com exceção da Venezuela, todos de economias menores. As quatro maiores economias (Argentina, Brasil, Colômbia e México) não haviam aderido. Na minha opinião, perdeu-se uma oportunidade de articular essa adesão com uma estratégia que melhorasse a relação entre a América do Sul – ou o Mercosul – e a China. No entanto, a entrada da Argentina é compreensível ao considerarmos a vulnerabilidade financeira do país e a importância de sua relação com a China. Houve até uma situação *sui generis* em que o país utilizou renminbis do acordo swap para pagar uma parcela da dívida em dólares com o FMI. Isso foi possível porque a moeda chinesa já é, há vários anos, uma moeda conversível no sistema FMI, ao lado do dólar estadunidense, do euro, do iene e da libra esterlina.

Na declaração dos presidentes Lula e Xi Jinping, em abril de 2023, há um parágrafo importante sobre a ICR que vou citar: “Brasil e China manifestaram interesse em examinar sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, inclusive nos esforços de integração sul-americana, e as políticas de desenvolvimento e as iniciativas internacionais da China, inclusive a ‘Iniciativa do Cinturão e da Rota?’” Na minha opinião, essa referência ao esforço de integração sul-americana na mesma frase em que se menciona a ICR é muito bem colocada.

Agora, sobre a pergunta que paira no ar: “*To BRI or not to BRI?*”, podemos fazer as seguintes considerações.

De um lado, primeiro, é importante entender e respeitar a tradição diplomática brasileira de não aderir a uma instituição da qual não é membro fundador. Como lembrou recentemente um diploma-

ta de alto nível a respeito dessa discussão: o Brasil é tão não alinhado que nem aderiu formalmente ao movimento dos não alinhados. No entanto, isso não é um princípio da política internacional do Brasil, lembrando que os princípios estão elencados no artigo 4º da Constituição Federal.

Segundo, há uma ideia da oportunidade de o Brasil equilibrar as relações entre China, União Europeia e EUA. Essa posição está presente no debate no Brasil. Muitos estudiosos na China acreditam que isso reflete uma pressão dos EUA. Certamente, os EUA têm suas preferências, mas não me parece ser o fator determinante que explica a força dessa posição de neutralidade, que se manifesta também na não adesão à OCDE, por exemplo.

Terceiro, a relevância desse assunto para nossa relação com a China não é muito bem compreendida no Brasil. Afinal, já temos uma relação muito intensa: fomos o primeiro país no mundo a assinar uma parceria estratégica com a China, temos o maior superávit comercial com a China entre todos os países do mundo, somos um grande receptor de investimentos chineses e há um grande interesse das construtoras chinesas em participar de licitações aqui. No âmbito político, há uma grande convergência e trabalho conjunto em questões internacionais, como a prioridade de combate à fome, a luta pela paz, contra sanções unilaterais, a questão do clima, entre vários outros temas. Pelo volume e intensidade da conexão que o Brasil estabeleceu e consolidou com a China, alguns brincam que o Brasil já estava na ICR antes mesmo de a ICR ser lançada.

Por outro lado, o primeiro argumento é pragmático: já que a China insiste tanto e é só um MoU⁶, não custa nada. Pode gerar boa vontade e abrir mais mercados para nossa agroexportação, por exemplo.

Segundo argumento: seria um ato político do governo Lula para afirmar nossa identidade com o Sul Global e marcar um gradual afas-

6. MoU, *Memorandum of Understanding* (Memorando de Entendimentos), é um contrato preliminar que tem o objetivo de alinhar expectativas, direitos e deveres das partes envolvidas.

tamento do eixo ocidental, que estaria já em decadência. Essa é uma posição que encontramos entre alguns setores do próprio PT, embora o partido não tenha uma posição oficial sobre o tema.

E, terceiro, a adesão seria simbólica para marcar esse momento de relançamento das relações políticas entre o governo Lula e a China. Mas, sobretudo entre aqueles que apostam na agenda de nova industrialização do Brasil, a dúvida é se, para isso, não é preciso mais do que um simples MoU.

Pessoalmente, não acredito que a adesão, por si só, trará mais investimentos ou financiamentos nem mudará a qualidade dos fluxos de comércio e investimento. Porém, vejo a adesão nesta altura da visita de Xi Jinping, em novembro, como um processo quase natural, embora eu possa imaginar que o presidente Lula queira ver algo mais do que um MoU.

Aí vem a pergunta de fundo: O que queremos? Qual é o diferencial? Isso é uma disputa. O setor agropecuário quer uma coisa, talvez eles tenham uma lista mais fácil de negociar, porque segue a linha do “mais do mesmo”.

Na minha opinião, independentemente do momento ou da forma de aderir à ICR, o que precisamos é de um acordo abrangente de longo prazo que estabeleça uma base concreta de integração industrial e tecnológica. Pelo seu caráter, isso deveria ser feito no âmbito do Mercosul. Esse acordo poderia até servir como contraponto ao Acordo Mercosul-UE, negociado pelos governos Temer e Bolsonaro, e que está agora na mesa do presidente Lula.

O principal obstáculo não é Milei, mas o Paraguai. O Mercosul está refém da insistência paraguaia em manter relações diplomáticas com a República da China (Taiwan), em vez da República Popular da China. É o único país na América do Sul que mantém essa posição. Talvez seja hora de o Brasil usar seu prestígio para conversar com o Paraguai a respeito.

Para saber mais sobre a China

LIVROS, PROGRAMAS, CURSOS E OUTRAS INICIATIVAS GRATUITAS E ON-LINE
AJUDAM A ENTENDER A CHINA E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL

PT e PCCb: 40 anos de relações é o título do livro que a Fundação Perseu Abramo (FPA) editou para celebrar essa efeméride em 2024 e documentar as visitas, protocolos e todas as iniciativas que marcaram, e seguem influenciando, esse relacionamento de quatro décadas entre os dois partidos. Com artigos de autoria de vários dos participantes que integraram as duas últimas delegações do PT que visitaram a China, a publicação, disponível on-line, traz análises em diferentes perspectivas a respeito da história, da inspiração e dos desafios chineses. A publicação pode ser baixada gratuitamente a partir deste link. O livro é parte do acervo on-line que a FPA e Escola Latino-Americana de Política e História (ELAPH) mantêm para ampliar o conhecimento e o debate sobre a China.

O programa semanal *Janela Internacional*, disponível no canal da TV FPA no Youtube, traz notícias, análises e reflexões sobre o cenário mundial, a política externa do governo Lula e a política de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores. O *Janela*, que completou um ano em abril, é apresentado por Valter Pomar, e várias de suas edições estão dedicadas também à China. A playlist do programa pode ser conferida no [link](#)⁷. Em alguns dos programas, petistas que integraram missões à China dão seus depoimentos, como nas edições de número 49 e 51.

No Curso de Formação de Internacionalistas, promovido pela FPA/ Núcleo de Cooperação Internacional em parceria com a Fun-

7. <https://www.youtube.com/playlist?list=PLtsJqckMfj3D7ROdATJpOt5W5JkPARHGuv>

dação Rosa Luxemburgo, o tema *China: história e dilemas atuais* também esteve presente. **A apresentação foi de Valter Pomar**, diretor de Cooperação Internacional da FPA e professor da Universidade Federal do ABC. Monica Bruckman, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abordou o tema *Ásia: história e dilemas atuais*. O curso completo pode ser acessado no seguinte [link](#)⁸.

Cursos da ELAPH

A Escola Latino-Americana de História e Política (ELAPH) também mantém disponíveis para acesso gratuito em seu canal no Youtube vários cursos sobre a China. Um dos quais foi ministrado em 2021 por Dilma Rousseff, que tratou dos desafios presentes e futuros da República Popular da China e encerrou a série *Mao, Chu, Deng: vida e obra, que teve outras cinco aulas*. O curso pode ser visto neste [link](#)⁹.

Outra série da ELAPH é *EUA versus China: a rivalidade do século 21*, que está dividida em quatro aulas. Na aula 1: A guerra comercial e tecnológica dos Estados Unidos contra a China, com a professora Melissa Cambuhy. Na aula 2: As vantagens comparativas da economia chinesa na relação comercial com os Estados Unidos, com Milton Pomar. Na aula 3: A política externa chinesa versus estratégia antiChina dos Estados Unidos, com José Reinaldo Carvalho. Na aula 4: O socialismo chinês da nova era e o declínio histórico dos Estados Unidos, com Gaio Dória. Acesse as aulas dessa série neste [link](#)¹⁰.

Há quatro anos, como parte da série *História das Revoluções no Século 20*, Valter Pomar ministrou a aula *Revolução Chinesa, 1911- 1949*, que poder ser assistida no [link](#)¹¹. Milton Pomar abordou um período mais recente na aula 3 da série *Revoluções sociais do século 20: conquistas, contradições e dilemas na atualidade*. Ele explicou “o processo, as contradições e como as coisas estão nesse momento” e tratou, por exemplo, das vul-

8. <https://www.youtube.com/playlist?list=PLtsJqckMj3D5DVY006YiIZGDHU9j0HQgb>

9. https://www.youtube.com/playlist?list=PLLion1w_I7d2UcMHQOIKAcgaba292a0PF

10. https://www.youtube.com/playlist?list=PLLion1w_I7d1pU5r5wuD9vCuuFqwzJ60n

11. <https://www.youtube.com/watch?v=q1kQb9RjtBg>

nerabilidades limitantes da China e de suas conquistas. A referida aula está disponível no [link¹²](#). A professora Valéria Lopes Ribeiro é quem apresenta a aula O socialismo de mercado chinês e seu impacto na luta pelo socialismo, que integrou a série *Capitalismo e luta pelo socialismo no século 21*. Assista neste [link¹³](#).

Filmes e livros *on-line*

A seguir, listamos sugestões de filmes, livros e textos disponíveis nas plataformas digitais, a maioria dos quais com acesso gratuito, selecionados por Valter Pomar:

1) *A Guerra do Ópio* é uma produção bem antiga e hollywoodiana. A versão disponível no seguinte link está legendada em português:

<https://www.youtube.com/watch?v=H2qeWX2rTA8;>

2) *1911 – A Revolução* é um filme de 2011 sobre a revolução republicana, que derrubou o último imperador:

<https://www.justwatch.com/br/filme/1911;>

3) *Beginning of the Great Revival*, sobre a fundação do Partido Comunista da China, disponível no seguinte link com legendas em inglês:

<https://www.youtube.com/watch?v=wjsG2DtECh8;>

4) *A Fundação de um Exército* é um filme de 2017 sobre a fundação do Exército Popular de Libertação. Infelizmente não localizamos um link com exibição gratuita:

[https://filmow.com/the-founding-of-an-army-t242996/;](https://filmow.com/the-founding-of-an-army-t242996/)

5) *The Eight Hundred* é uma produção de 2020 que trata da invasão da China pelo Japão ao estilo “nós contra eles”, ou seja, os heróis do filme não são comunistas, mas soldados chineses “em geral”,

12. <https://www.youtube.com/watch?v=0a8RI3L4Ncg>

13. https://www.youtube.com/watch?v=ftzUw1_6jFs&list=PLLion1w_I7d1zF-JKGnEtYkSYz4W0osHV&index=3

do governo contra o qual o Partido Comunista estava lutando até a invasão japonesa. Veja aqui com legendas em inglês:

<https://tubitv.com/movies/681479/the-eight-hundred>;

6) *A Fundação de uma República*, sobre a fundação da República Popular da China. Veja aqui com legendas em português:

<https://www.youtube.com/watch?v=fs3099Cv-zc>;

7) *A Batalha no Lago Changjin* é um filme épico sobre a guerra da Coreia, onde soldados chineses venceram a batalha no Lago Changjin. Com legendas em português:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLkdDpo5jeHLmER22YZmKvclAcQJ10ybXX>;

8) *Fang Hua* é um filme de amor adolescente, ao estilo chinês, sobre um grupo de dançarinos durante a Grande Revolução Cultural Proletária. Infelizmente, não consegui uma versão para acesso gratuito:

<https://www.imdb.com/title/tt6654316/>;

9) *To Live*, produção de 1994, é um filme genial, que conta a história da China até o início das reformas. Se só puderem ver um, vejam este. O diretor, Zhang Yimou, é mega famoso. Veja aqui com legendas em inglês:

<https://youtu.be/HorOrml6hKg>.

A seguir, alguns livros e textos úteis para quem quiser conhecer a China do ponto de vista dos chineses:

Primeiro, leiam Maozedong (em espanhol):

https://sp.theorychina.org.cn/llzg-xbyy/obras-de-los-dirigentes-de-china_639/mao-zedong/

Segundo, leiam Chuenlai:

https://sp.theorychina.org.cn/llzg-xbyy/obras-de-los-dirigentes-de-china_639/zhou-enlai/

Terceiro, leiam Dengxiaoping: https://sp.theorychina.org.cn/llzg-xbyy/obras-de-los-dirigentes-de-china_639/deng-xiaoping/

Quarto, leiam Xi Jinping (em inglês e espanhol):

<https://sp.theorychina.org.cn/XiJinping2021/>

Agora, textos publicados pelo PT ou pela Editora da FPA sobre a China:

O Enigma Chinês, de Wladimir Pomar, edição publicada pela Editora da FPA:

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/o-enigma-chines/>

Os chineses chegam, de Wladimir Pomar, publicado pela Secretaria de Relações Internacionais do PT:

<https://estudosnacionais.com/wp-content/uploads/2019/06/ChinaCaderno9-1.pdf>

Brasil & China em Debate, livro publicado pela Fundação Perseu Abramo sobre a relação PT China é uma coletânea de textos, dentre os quais um de Iole Ilíada.

<https://www.ecodebate.com.br/2010/02/17/debate-entre-especialistas-sobre-brasil-e-china-resulta-em-livro/>

Rede Brasileira de Estudos da China

O livro *China e Brasil diante dos desafios do desenvolvimento sustentável*, organizado por Ana Tereza Marra e Giorgio Romano Schutte, publicado pela Editora Sorian, é produto do VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China (VI RBChina), que debateu o tema que deu título à obra. O evento foi realizado de 24 a 26 de outubro de 2023 na UFABC, em São Bernardo do Campo, SP.

A publicação está disponível em

<https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/publicacao-china-e-brasil-diante-dos-desafios-do-desenvolvimento-sustentavel/>

As gravações das mesas do referido evento podem ser encontradas aqui:

<https://rbchina.com.br/vi-rbchina-ufabc-2023-1>

“ A Fundação Perseu Abramo, por meio de seu Núcleo de Cooperação Internacional, recebeu, de 15 a 17 de agosto de 2024, a visita de uma delegação chinesa. A decisão de enviar e receber esta delegação foi um dos desdobramentos da viagem à China realizada por Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do PT, em abril de 2024. A intenção era marcar o aniversário de 50 anos do restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, formalizado em 15 de agosto de 1974.

Este livro reúne textos elaborados pelos expositores e comentaristas das atividades realizadas nos dias 15 e 17 de agosto. Todos os textos foram entregues para edição depois do seminário, de forma que já levam em consideração as opiniões e polêmicas que surgiram no curso das atividades realizadas.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

